



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório de Contas

Exercício 2005

Brasília, 29 de março de 2006



Supremo Tribunal Federal

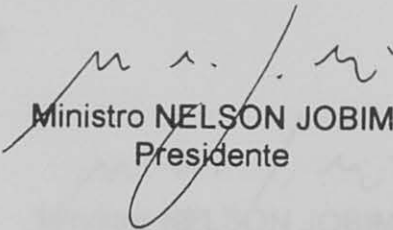
Brasília, 29 de março de 2006.

Mensagem nº 13/2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2005, com os dados e demonstrativos requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Valmir Campelo, do Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 12/2005 – Gab Min VC.

Brasília, 29 de março de 2006.


Ministro NELSON JOBIM
Presidente

Recebido por Edalina Andrade
mat. 45446
Em 31/03/2006 - às 16h25



Supremo Tribunal Federal

Ofício GP nº 61/2006

Brasília, 29 de março de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ADYLSO MOTA**
Presidente do Tribunal de Contas da União
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2005, com os dados e demonstrativos requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Valmir Campelo, dessa Corte de Contas, por meio do Aviso nº 12/2005 – Gab Min VC.

Atenciosamente,

Ministro **NELSON JOBIM**
Presidente

RECEBI ORIGINAL

Em, 31/03/2006

Ass.: Luciana Moura

Mat.: 3369-3

☒ Serv. ☐ Estág. ☐ Cont

Luciana de Freitas Moura
Assistente de Gabinete da
Secretaria da Presidência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO - 2005

COMPOSIÇÃO

Ministro NELSON JOBIM – Presidente
Ministra ELLEN GRACIE – Vice-Presidente
Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
Ministro CELSO DE MELLO
Ministro CARLOS VELLOSO
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministro GILMAR MENDES
Ministro CEZAR PELUSO
Ministro CARLOS BRITTO
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Ministro EROS GRAU

Primeira Turma

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministro CEZAR PELUSO
Ministro CARLOS BRITTO
Ministro EROS GRAU

Segunda Turma

Ministro CELSO DE MELLO
Ministro CARLOS VELLOSO
Ministra ELLEN GRACIE
Ministro GILMAR MENDES
Ministro JOAQUIM BARBOSA

DADOS DA UNIDADE GESTORA

Nome: Secretaria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 00531640/0001-28
Endereço: Praça dos Três Poderes
Site na Internet: www.stf.gov.br
Unidade Gestora: 04.001 – Gestão: 00001 – Tesouro
Órgão do Poder Judiciário da União – Administração Direta



INTRODUÇÃO

O presente relatório discorre resumidamente sobre as principais realizações do Supremo Tribunal Federal em 2005.

Diversas atividades foram desenvolvidas no decorrer do exercício, com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos ao Tribunal, criar oportunidades de modernização do Poder Judiciário Brasileiro e propiciar discussão sobre a Justiça do País.

Prestação Jurisdicional – Dados estatísticos

A movimentação processual do STF no ano de 2005 pode ser verificada no quadro abaixo, que demonstra também a evolução da atividade jurisdicional nos últimos anos:

Processos	2002	2003	2004	2005
Protocolizados	160.522	87.184	83.660	95.213
Finalizados	125.997	125.074	85.545	83.177
Distribuídos	87.313	111.916	70.976	79.577
Homologações de desistência	34.387	50.918	4.537	386

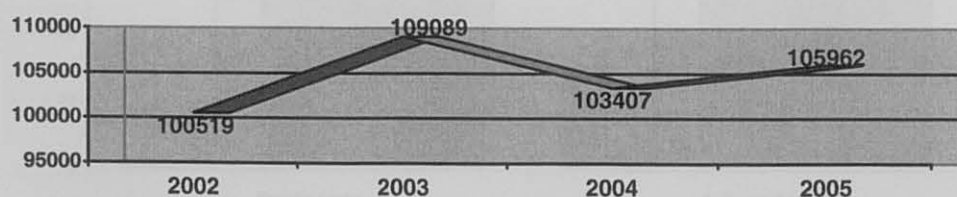
Cada Ministro recebeu, em média, 7.127 processos por mês.

Decisões	2002	2003	2004	2005
	100.519	109.089	103.407	105.962
Monocráticas	88.911	98.932	92.273	90.857
Colegiadas	11.608	10.157	11.134	15.105
Liminares	543	1.222	1.717	2.244
De mérito	99.976	107.867	101.690	103.718
Em recursos	94.738	99.572	95.602	8.428
Em originários	5.781	9.517	7.805	97.534
Controle difuso	100.126	108.645	103.056	105.658
Controle concentrado	393	444	351	304

Despachos do Presidente	2002	2003	2004	2005
	5.447	8.476	5.931	1.119*

* A Emenda Constitucional nº 45 excluiu do STF duas classes de processos da competência do Presidente: Carta Rogatória e Sentença Estrangeira.

Número de Decisões



Tramitação no Supremo e Indicadores

	2003	2004	2005
Decisões finais	88.937	79.608	83.177
Casos novos	87.348	83.716	95.213
Estoque	182.979	186.039	176.179
Casos Novos por magistrado	7.941	7.611	8.656
Carga de trabalho - 11 magistrados	24.575	24.523	24.672
Congestionamento	67,10%	70,49%	69,35%
Recursos internos	13.184	14.876	19.367
Decisões proferidas	109.298	103.595	105.962
Recorribilidade	12,06%	14,36%	18,28%
Recursos providos	4.283	3.475	1.548
Recursos julgados	27.031	26.262	21.275
Reforma	15,84%	13,23%	7,28%

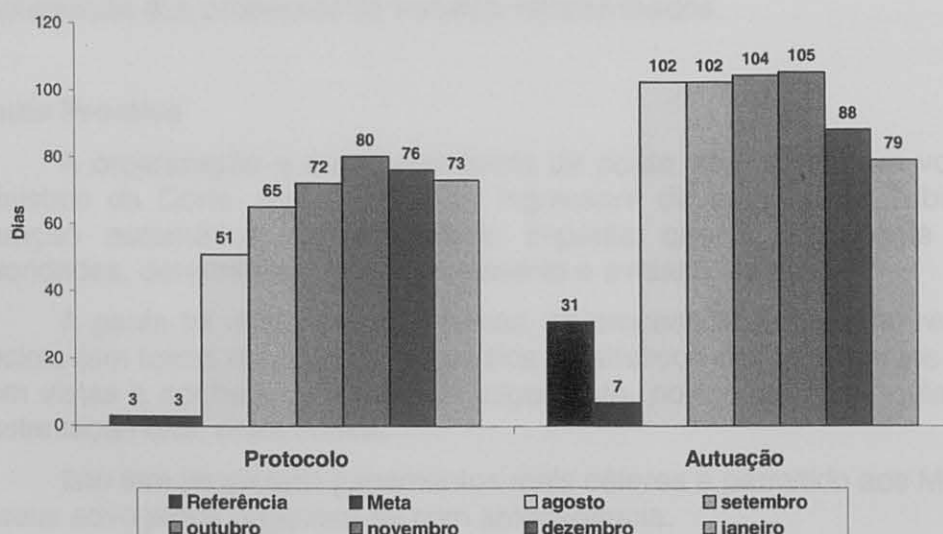
Decisões Monocráticas – Tempo médio

O projeto “Atingindo a Excelência Operacional no Supremo”, desenvolvido em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial– INDG, levantou o tempo médio de julgamento dos processos em decisões monocráticas no Supremo (289 dias) e estabeleceu meta de 172 dias para esse tipo de julgamento, visando a eliminação do estoque em 60 meses.

Com o redesenho dos processos e a implantação da nova estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal, a eliminação desse estoque ocorreria em aproximadamente 2 anos e o tempo médio de julgamento seria reduzido para 150 dias.

Entretanto, pelo acompanhamento da implementação das ações dos processos redesenhados e da implantação da estrutura, observa-se que os tempos médios de protocolo e autuação estão bastante superiores aos previstos na meta.

Tempo Médio de Protocolo e Autuação



As prováveis causas do aumento dos tempos médios de protocolo e autuação são:

- a) aumento de 29% na média de entrada de processos no Supremo (2004 – 7.062 processos; 2005 - 9.123);
- b) produtividade das equipes inferior ao previsto, pois ainda estão em fase de adaptação às novas rotinas de registro e autuação (inclusão de novos dados como CPF/CNPJ, nº OAB, legislação invocada, colocação do assunto); e
- c) alteração na sistemática de distribuição dos Agravos de Instrumentos encaminhados ao Tribunal, relativos ao disposto no art. 102, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal.

Desse modo, considerando que a média de entrada de processos no Supremo se mantenha em 9.100 processos/mês (média de jan/05 a out/05), para eliminar o estoque de processos pendentes de registro e autuação em 06 meses e manter o fluxo estável (sem gerar estoques) faz-se necessário:

- a) alocar força-tarefa para redução do estoque; e
- b) garantir a produtividade de pelo menos 39 processos/dia por pessoa no protocolo, a partir de outubro/05;
- c) reduzir o tempo médio de autuação de 34,88 min/processo para 13,7 min/processo.

Para atingir a produtividade diária requerida, a Secretaria do Tribunal instalou força-tarefa no protocolo em 10.11.05, com 5 estudantes da UnB e previsão de mais 2 alunos até o final do ano.

Além disso, tem realizado acompanhamento diário, no local de trabalho, da evolução da produtividade, identificando ações complementares a serem implementadas.

Ainda sob o enfoque do projeto, a Secretaria do Tribunal está firmando novo contrato de prestação de serviços com o INDG para conceber o Modelo Referencial de Organização dos Gabinetes, identificar oportunidades de melhorias e acompanhar a implantação dos processos de trabalho redesenhados.

Pauta Proativa

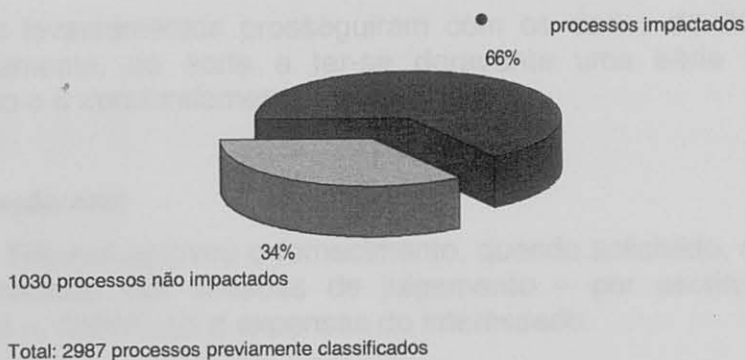
A organização e o gerenciamento da pauta do Plenário era vontade antiga dos Ministros da Corte. Ações idênticas ingressam diariamente no Tribunal e a falta de geração automática da informação impedia que o Presidente pudesse definir prioridades, determinar o dia do julgamento e avisar o Relator.

A pauta foi dividida em 21 temas, os processos do Plenário receberam relatório sucinto (em forma de espelho) e quadros estatísticos dos julgamentos foram realizados, com vistas a conhecer o tempo de julgamento, pontos de estrangulamento, tempo de sustentação oral, entre outros.

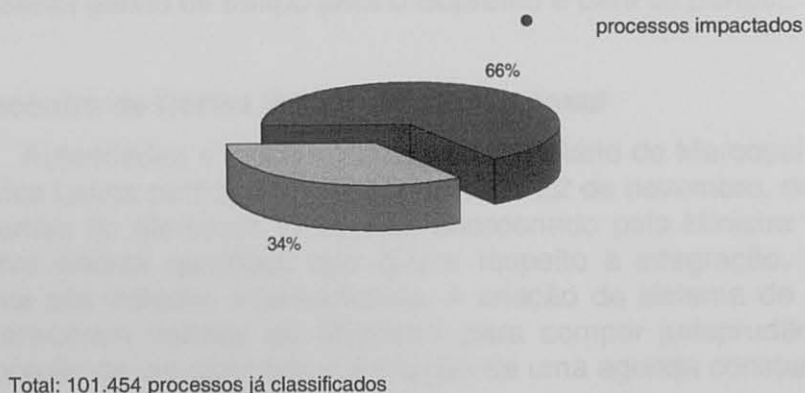
Isto tem propiciado julgamentos mais céleres e permitido aos Ministros, às partes e seus advogados organizar-se com antecedência.



Com base na relação de processos sobrestados no gabinete do Ministro Gilmar Mendes, gabinete piloto, foram identificados 45 temas que impactavam **1.957** processos, que representam **66%** dos **2.987** previamente classificados por assunto.



De posse desses dados, foi levantado o impacto desses temas no total de processos pendentes de julgamento no Supremo, obtendo-se à época a estimativa de **67.000** processos já classificados (**66%**).



No mês de novembro, foram revistas as teses jurídicas dos casos considerados como líderes, bem como dos verbetes vinculados às teses destinadas ao cálculo do impacto. Como resultado desse trabalho, os verbetes foram agrupados em 43 temas, dos quais 9 já foram julgados conforme tabela anexa.

Em 12/12/2005, os 44 temas impactavam **em 38% (52.336)** dos processos já classificados no Supremo.

Justiça em Números

Em continuidade aos trabalhos realizados em 2004, o Tribunal promoveu no mês de maio o seminário "A Justiça em Números – Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro". Durante o evento, foram demonstrados os números da Justiça do País e feito um panorama completo sobre o que se passa nas instituições judiciais. O objetivo do estudo é dimensionar as demandas e os recursos para melhor administrar os tribunais, além de identificar e enfrentar as causas de litigiosidade no Brasil.

Foram levantados indicadores divididos em três grandes grupos (insumos, dotações e graus de utilização; litigiosidade e carga de trabalho; e acesso à Justiça) para identificar gargalos de oferta e demanda de decisões, bem como avaliar, comparativamente, o desempenho dos tribunais.

Os levantamentos prosseguiram com os dados de 2004 e assim continuarão sucessivamente, de sorte a ter-se doravante uma série histórica que permita a ampliação e o aprofundamento das análises.

Sustentação oral

O Tribunal aprovou o fornecimento, quando solicitado, de cópia de sustentações orais proferidas nas sessões de julgamento – por escrito, áudio, vídeo ou meio eletrônico –, desde que a expensas do interessado.

Subscrição do acórdão

A Corte decidiu em Sessão Administrativa que o Relator responsável por subscrever o acórdão apenas registrará o nome do Presidente nos processos julgados no Pleno e nas Turmas. Com isso, reduziu-se um deslocamento processual, o que representa ganho de tempo para o Supremo e para as partes.

3º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul

Autoridades e representantes do Judiciário do Mercosul e de diversos países da América Latina participaram, nos dias 21 e 22 de novembro, do 3º Encontro das Cortes Supremas do Mercosul. O evento, coordenado pela Ministra Ellen Gracie, teve como objetivo discutir questões que dizem respeito à integração, à reforma da legislação relativa aos tratados internacionais, à criação de sistema de indexação de processos que envolvam normas do Mercosul para compor jurisprudência desses assuntos, à elaboração de um glossário e à criação de uma agenda constante de notícias.

Em cerimônia realizada no Salão Branco do STF, foi assinado o Regimento Interno do Fórum dos Tribunais e das Cortes Supremas.

Instalação do Conselho Nacional de Justiça

A Emenda Constitucional nº 45/2004, que promoveu a Reforma do Judiciário, criou o Conselho Nacional de Justiça - CNJ. O novo órgão foi instalado em 14 de junho e está em funcionamento na Cobertura do Anexo II do Supremo.

O CNJ tem como competência a elaboração de políticas estratégicas e o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

Na Sessão Administrativa de 24 de agosto, o Supremo aprovou o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei que dispõe sobre as atividades de apoio ao CNJ.



A Secretaria do CNJ pratica os atos de gestão atinentes ao Conselho, por disposição regimental ou por delegação do Presidente, mas a execução administrativa se dá por meio da estrutura do Supremo, mediante protocolo de cooperação firmado entre as secretarias dos dois órgãos. Esse modelo tem por objetivo evitar a duplicação de estruturas e meios, com reflexos positivos nos gastos públicos.

Durante o ano de 2005, O CNJ contou com rubrica específica consignada no Orçamento do Supremo. Na proposta orçamentária para 2006 o Conselho já contará com orçamento próprio no OGU.

Apoio técnico ao CNJ

Para cumprimento do disposto nos artigos 14 e 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (Lei nº 11.178/05) e em vista do Protocolo de Cooperação firmado com a Secretaria do CNJ, foram constituídos Grupos Técnicos para analisar as propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário da União e os Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional.

Atendimento ao público

Foi ampliado o horário de atendimento ao público. Agora, advogados e partes podem obter informações sobre processos e certidões judiciais das 8 às 20h.

Encontro de Juizados Especiais

Em parceria com o CNJ, promoveu-se o I Encontro Nacional dos Juizados Especiais Estaduais e Federais com o objetivo de analisar dados estatísticos da pesquisa prévia de tendências dos Juizados Especiais e definir planos mínimos de implantação de ações estratégicas e operacionais. Espera-se, com essa iniciativa, estabelecer metas nacionais de eficiência que possam ser cobradas dos Estados, identificar os tipos de litígio mais comuns nos Juizados Especiais, bem como o perfil daqueles que recorrem a esses órgãos.

A Constituição e o Supremo

Novo serviço foi colocado à disposição dos usuários na internet. Trata-se de *link* com artigos da Constituição Federal de 1988 acompanhados da jurisprudência do STF. Basta um clique em determinado dispositivo constitucional para se obter a interpretação que lhe foi dada pelos Ministros da Corte, além de informações sobre a classe processual, o relator e a data de publicação no Diário da Justiça. É possível, ainda, fazer pesquisa livre com palavras-chave. O serviço é atualizado semanalmente.

Pesquisa “A Imagem do Poder Judiciário junto à população Brasileira”

Durante o ano de 2005, foram realizadas pela Universidade de Brasília diversas ondas de pesquisas visando ao conhecimento da imagem do Judiciário junto à população brasileira.



O espectro pesquisado nos grupos focais foi o mais diversificado possível, sendo composto desde pessoas de baixa renda, com pouco envolvimento com o Poder Judiciário, passando por membros de Organizações Não-Governamentais, Magistrados e assessores de magistrados.

As análises focalizaram os contrapontos e os consensos dos participantes dos diferentes grupos e perfis, destacando os aspectos: acesso ao Poder Judiciário; acesso à informação; efetividade das decisões judiciais; existência de corrupção ou favorecimento; e as relações pessoais entre magistrados e a população.

Vale destacar o comparativo das duas ondas de pesquisa de opinião junto à população, em que se pôde notar o movimento das percepções e avaliar em que grau o Supremo e outras instituições foram atingidos pelas turbulências políticas.

Finalizando esse ciclo, será realizada no 1º semestre de 2006 a terceira onda de pesquisas.

Importante destacar que todos os resultados mencionados estão publicados no *site* do Supremo e do CNJ à disposição da população.

Perfil das Maiores Demandas do Supremo Tribunal Federal

Ainda em parceria com a Universidade de Brasília, foram identificados os maiores demandantes do Supremo, utilizando como base conjunto de processos registrados no período de 1º de janeiro de 2002 a 30 de junho de 2004.

O estudo permitiu a proposição de indicadores estatísticos e a definição de métodos de coleta de dados para geração automática e validação de informações eletrônicas.

O resultado desse trabalho municiará novos estudos sobre coleta e tratamento de informações de processos jurisdicionais e está intimamente relacionado com a concepção do "Sistema Integrado de Informações do Poder Judiciário".

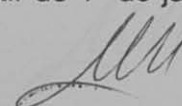
Sistema Integrado de Informações do Poder Judiciário

Está em fase final a construção do novo modelo do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – BNDPJ. Trata-se de um sistema aberto (internet), disponível para todos os órgãos do Poder Judiciário, demais poderes da União e sociedade, que possibilitará a obtenção de informações e indicadores em qualquer lugar do Brasil.

Implantado na forma de um "Portal de Serviços", com ferramentas de análise de gestão integradas, permitirá aos diferentes usuários interagir com o sistema para acessar informações de seu interesse e compartilhar o conhecimento, gerando um círculo virtuoso, nos quais as partes interessadas passam a alimentar cada vez mais e melhor a base de dados central, obtendo como resultado dados analíticos, indicadores e consolidações ainda mais úteis.

Subsídio

Foi editada a Lei nº 11.143, em 26 de julho de 2005, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal. O texto legal diz que, a partir de 1º de janeiro



de 2005, tal subsídio é de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) e a gratificação mensal de Juízes Eleitorais corresponde a dezoito por cento do subsídio de Juiz Federal. A partir de 1º de janeiro de 2006, o subsídio de Ministro do Supremo será de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) e a gratificação mensal de Juízes Eleitorais corresponderá a dezesseis por cento do subsídio de Juiz Federal.

Esses valores constituem o teto remuneratório constitucional previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Aplicação do teto remuneratório

Em observância ao dispositivo constitucional, o Supremo encaminhou ofício aos presidentes dos tribunais comunicando a publicação da lei que instituiu o subsídio de Ministro do STF e da Resolução nº 306/2005 que tornou público o subsídio mensal dos Magistrados da União e prestando informações acerca da aplicação do teto remuneratório.

Além disso, foram realizados estudos sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional na magistratura, analisando a legislação federal e toda a estadual sobre o tema. O trabalho levantou cinco grandes conjuntos de remuneração, quais sejam:

- subsídio;
- verbas sujeitas ao teto;
- verbas sujeitas ao cotejo individualizado com o teto;
- verbas não sujeitas ao teto;
- verbas *sub judice*.

Sobre esse tema, foram realizadas reuniões com: Ministros da Previdência e do Planejamento; Secretários e técnicos dos Ministérios da Previdência e do Planejamento; Diretores-Gerais e de Recursos Humanos dos tribunais; Presidentes dos tribunais superiores e do TJDF; Ministros do Supremo; Associações de Magistrados: AMB AJUFE, ANAMATRA e AMAJUM; e Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça. Serão realizadas reuniões também com o Tribunal de Contas da União e com os Tribunais de Contas Estaduais.

Após isso, o tema será novamente levado à apreciação dos Ministros da Corte e, então, submetido ao Conselho Nacional de Justiça para regulamentação.

Ainda nessa linha, a Secretaria do Tribunal encaminhou formulário a todos os servidores da Corte para declararem quanto à percepção de remuneração, provento ou pensão de outro órgão público (federal, estadual ou municipal; administração direta ou indireta), para fins de cotejo com o teto remuneratório.

Precatórios

A questão do não pagamento de precatórios tem assumido relevância no cenário nacional à medida que Estados e Municípios não têm honrado seus compromissos de pagamento. O total de precatórios pendentes a preços de junho de 1994 é de 61 bilhões, dos quais 73% se referem a débitos estaduais.

 9

Por outro lado, Estados e Municípios apresentam situação financeira complicada. Os Estados possuem média de comprometimento de sua Receita Corrente Líquida de 85% (pessoal, saúde, educação e pagamentos de dívida), ou seja, do total de recursos, restam apenas 15% para outros gastos e investimentos.

Frente a essas dificuldades, os órgãos do Judiciário têm deferido pedidos de seqüestro para pagamento de precatórios, bem como autorizado o pagamento de tributos correntes com precatórios, o que leva ao caos financeiro do sistema, na medida em que os seqüestros são efetuados sem distinção de recurso. Prefeituras de São Paulo, por exemplo, tiveram escolas fechadas e folhas de pagamento atrasadas por conta do uso de tal instrumento.

Diante do exposto, o STF procurou uma medida alternativa que conciliasse o cumprimento das decisões judiciais com a dificuldade financeira dos Estados.

Durante o ano de 2005 inúmeras reuniões foram realizadas com o objetivo de equacionar os diversos interesses e de buscar uma solução comum. Em novembro, foi apresentada aos Líderes dos partidos, no Senado e na Câmara dos Deputados, uma minuta da proposta final, apoiada pelos Governadores e Prefeitos.

A proposta objetiva uma solução para os precatórios que permita compatibilizar a capacidade de pagamento dos entes federados com a necessidade e o direito de recebimento por parte dos credores.

Sessões Solenes

A Corte realizou sessões solenes em homenagem ao centenário de nascimento dos Ministros Hahnemann Guimarães, Luiz Gallotti, Hermes Lima, Prado Kelly, Oswaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro e Adauto Lucio Cardoso.

Realizou, ainda, sessão solene em homenagem ao Ministro Maurício Corrêa, aposentado em 2004.

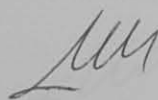
50 anos de serviço público

Em solenidade no Salão Branco, o Tribunal prestou homenagem ao Ministro Carlos Velloso, que recebeu a Medalha-Prêmio em reconhecimento aos 50 anos de serviço público.

Autoridade Certificadora da Justiça

O Supremo deu mais um passo à sua consolidação na era digital, passando a fazer parte da Autoridade Certificadora da Justiça – AC-JUS. A tecnologia permite que sejam criptografados documentos e outras informações trocadas por meio eletrônico, bem como dados relativos a processos, certidões e outros. Na prática, a inovação funciona conferindo valor probante ao documento.

A tecnologia usa uma infra-estrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil e o sistema só pode ser acionado mediante a inclusão simultânea de, no mínimo, três chaves, que ficam sob guarda de autoridades que integram o Comitê Gestor do AC-JUS.



A Ministra Ellen Gracie representa a Corte na AC-JUS, integrando o Comitê Gestor e um servidor por ela indicado representa o Supremo no Comitê Técnico.

Plano de Carreira

Na Sessão Administrativa de 24 de agosto, a Corte aprovou o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei que cria o novo Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário. O documento foi elaborado por Comissão Interdisciplinar formada por representantes dos tribunais superiores, do Conselho da Justiça Federal, do TJDFT e de entidades ligadas aos trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público.

Destaca-se do Projeto o propósito de valorizar a Carreira, com vistas à celeridade dos serviços e à eficiência de seus servidores, além da instituição do Adicional de Qualificação referente às ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação e de nova regra de retribuição das funções comissionadas e dos cargos em comissão.

O Projeto de Lei foi submetido pelo Presidente da Câmara dos Deputados ao Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento do disposto no art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (Lei nº 11.178/05), e aprovado em Sessão de 8 de novembro de 2005.

Na Câmara dos Deputados, o PL 5845/2005 foi aprovado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público em Sessão de 14.12.2005 e encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, onde se encontra tramitando.

TV Brasil

O Supremo participou do projeto de criação da TV Brasil, canal público do Estado Brasileiro para o exterior. A emissora pretende promover a integração dos povos da América do Sul e já foi transmitida em caráter experimental por seis dias durante o Fórum Social Mundial.

TV Justiça

Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, foram identificados os maiores problemas da TV Justiça e apresentadas propostas para melhoria da grade de programação e adequação da emissora aos padrões tecnológicos atuais.

A Secretaria promoveu a aquisição de equipamentos e o novo formato da TV estará no ar no início de 2006.

Dentre as inovações, destacam-se o novo padrão de tela – dividida ao estilo "CNN" – e a mudança do sinal do satélite de B3 (que só transmite para as operadoras de TV paga) para o satélite B1 (que pode ser captado por quem tem antenas parabólicas).

Além disso, a TV vai ter um perfil informativo, dando mais ênfase aos telejornais e boletins de notícias de hora em hora. Os parceiros que produzem programas para a TV Justiça receberão um CD com as novas diretrizes a serem seguidas e os modelos de arte/identificação/créditos adotados.



Institucionalmente, a TV será organizada a partir de um Conselho Estratégico, que vai definir as grandes linhas a serem adotadas. No dia-a-dia, um Comitê Editorial vai traçar normas e acompanhar a execução do que for decidido.

7º STF-Mix

O STF-Mix é um evento realizado anualmente, em homenagem ao Dia do Servidor, em que os servidores têm a oportunidade de expressar seus talentos em diversas áreas como fotografia, pintura, artesanato, teatro e música. Em 2005, 7ª versão do evento, os talentos literários do Tribunal, de Ministros a servidores, ganharam novo espaço com a publicação do livro Supremo Literário – Contos, Crônicas e Poesias.

Homenagem ao Mérito

Mais uma edição da homenagem ao “Mérito do Servidor do STF” ocorreu em 2005. O Tribunal agraciou com medalhas-prêmio, diplomas de honra ao mérito e registro de elogio nos assentamentos funcionais 45 servidores que se destacaram no biênio out/2003-out/2005 em suas unidades de lotação.

Manual de Atos Oficiais Administrativos

Com o objetivo de estabelecer padrões à produção de atos oficiais administrativos, bem como atribuir dinamismo à comunicação institucional, a Secretaria do Tribunal lançou o Manual de Atos Oficiais Administrativos.

Otimização de gastos

A Secretaria do Tribunal promoveu estudo no qual se apurou que a relação de servidores versus terceirizados era de 40% x 60%. Com vistas a inverter essa relação, racionalizar serviços e otimizar a despesa com contratos de prestação continuada de serviço, promoveu-se redução de 156 postos de trabalho. A economia apurada será de aproximadamente R\$ 3,5 milhões por ano.

Promoveu-se também o alinhamento dos valores constantes dos contratos de prestação continuada de serviço com os preconizados pelos sindicatos acrescido de 20% para os respectivos postos de trabalho. Essa medida resultará em economia de cerca de R\$ 1,8 milhões por ano.

A Secretaria instituiu, ainda, controle mais eficaz dos gastos com telefonia do Tribunal, atribuindo aos usuários a responsabilidade pelo ressarcimento do valor das ligações efetuadas em caráter particular. Com essa medida, registrou-se redução da ordem de 70% no valor total dessa despesa, aproximadamente R\$ 1,08 milhão por ano.

Plano de Metas

O Plano de Trabalho instituído para o biênio 2004-2006 previa atuação estratégica e empreendedora da Administração, além de caracterizar a gestão por ações proativas e decisões tempestivas, com foco centrado nos resultados e na



satisfação de jurisdicionados e usuários, a par da correta aplicação dos recursos públicos.

Com base nessas premissas, as metas definidas no documento vêm sendo mensalmente acompanhadas em reuniões com a Presidência e os secretários relatam o andamento das ações sob sua responsabilidade, ressaltando as oportunidades de melhoria e as dificuldades encontradas. Nesses encontros, algumas metas sofreram alteração e foram ampliadas, o que gerou redefinição de prazos e ações.

O acompanhamento das metas, com as ações concluídas, as em andamento e o status de atingimento de cada uma delas está demonstrado no Anexo.

Reorganização administrativa

A reorganização administrativa promovida em 2005 resultou dos estudos de racionalização de procedimentos, identificação de gargalos e *gaps* de desempenho e elevação da eficiência administrativa.

A estrutura orgânica foi redesenhada, mediante a construção de cadeias de comando leves e ágeis, bem como a formação de condutas gerenciais empreendedoras e o desenvolvimento funcional.

Nesse redesenho, os volumes de serviço foram distribuídos para maior uniformidade das tarefas e responsabilidades, unindo funções duplicadas ou de mesma característica e privilegiando o fluxo do trabalho, de forma que a estrutura acompanhasse a cadeia de ações do macroprocesso.

O trabalho também abrangeu o redimensionamento do Quadro de Pessoal da Secretaria, passando o quantitativo de pessoal voltado para as áreas de apoio indireto e direto à atividade-fim para a proporção de 54% - 46%, respectivamente, e a amplitude de controle na relação chefe-subordinado, para 1-13 no apoio direto e para 1-17 no apoio indireto.

O foco foi direcionado para o apoio direto à atividade-fim (julgamento), porém foram promovidos ajustes em algumas outras unidades, corrigindo-se distorções e promovendo-se a modernização de conceitos e procedimentos.

Reformulação de procedimentos

Objetivando maior racionalidade administrativa e eficiência operacional, promoveu-se revisão dos procedimentos da Secretaria do Tribunal. Foram criados indicadores de desempenho, adotados novos procedimentos operacionais e padronizados os serviços.

Foram adotadas as seguintes ações com vistas a racionalizar os trâmites processuais e dar-lhes celeridade:

- as petições judiciais protocoladas no Supremo passaram a ter a indicação do CPF ou CNPJ do requerente e, mediante convênio firmado com a Secretaria da Receita Federal, pode-se verificar possíveis homônimos e dar agilidade aos procedimentos;

- as folhas dos autos que contêm as peças processuais dos Recursos Extraordinários e dos Agravos de Instrumento passaram a ser identificadas em sistema eletrônico para redução do tempo do juízo de admissibilidade;



- o encaminhamento à Procuradoria-Geral da República de processos com fundamento em idêntica controvérsia passou a ser feito mediante seleção de dois processos representativos e o despacho com providências sucessivas, utilizado sempre que possível.

Modernizações físicas

Foram substituídos os elevadores do Edifício-Sede por equipamentos modernos e que proporcionam conforto e segurança aos Ministros, servidores e visitantes. Também estão sendo trocados os elevadores, bem como as esquadrias e as brisas do Edifício Anexo I, tendo em vista que as antigas não estavam em boas condições de higiene.

Pregão eletrônico

Foi implantado em 2005 o Pregão eletrônico, que permite a participação do maior número de licitantes.

Funções comissionadas e Cargos em Comissão

A situação, em 31/12/2005, das funções comissionadas e dos cargos em comissão em relação a seus ocupantes, em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.475, de 27/06/2002, é a constante do quadro abaixo:

SITUAÇÃO	CARGOS EM COMISSÃO CJ	FUNÇÕES COMISSIONADAS FC
Carreiras do Poder Judiciário da União	52,87%	96,37%
Vínculo efetivo com a Administração Pública	12,74%	1,94%
Sem vínculo efetivo com a Administração Pública	31,85%	0%
Vagos	2,55%	1,69%



O ORÇAMENTO DO STF

Execução Orçamentária e Financeira (Recursos: Tesouro Nacional)

Para o exercício de 2005, o Supremo Tribunal Federal recebeu créditos orçamentários no valor de R\$ 304.963.654,00 (trezentos e quatro milhões, novecentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais). Desse valor, não foi utilizado o montante de R\$ 8.120.421,44 (oito milhões, cento e vinte mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme demonstrativo a seguir:

Demonstrativo da Utilização do Crédito Orçamentário por Programa de Trabalho

Programa de Trabalho	Dotação Inicial	Suplementar/ Cancelamento	Dotação Autorizada	Contingen- ciamento ¹	Executado	Saldo
Contribuição da União p/ Custeio da Previdência	22.801.766,00	(6.428.249,00)	16.373.517,00	-	16.312.835,10	660.681,90
Aposentadorias e Pensões (Atividade)	66.487.877,00	5.732.957,00	72.220.834,00	-	72.220.834,00	-
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	156.959.303,00	1.145.977,00	157.105.280,00	1.951.135,00	153.804.738,96	1.349.406,04
Interligação e Informatização do Poder Judiciário (Projeto)	12.001.000,00	(1.200.000,00)	10.801.000,00	1.952.267,00	5.881.970,12	2.966.762,88
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	800.000,00	80.000,00	880.000,00	-	773.018,66	106.981,34
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	6.356.906,00	5.500.000,00	11.856.906,00	-	9.911.043,90	1.945.862,10
Auxílio- Alimentação (Atividade)	7.175.932,00	(995.000,00)	6.180.932,00	-	6.180.932,00	-
Auxílio-Transporte (Atividade)	396.000,00	(185.000,00)	211.000,00	-	211.000,00	-
Assistência Pré-Escolar (Atividade)	1.256.900,00	(320.000,00)	936.900,00	-	932.574,00	4.326,00
Comunicação e Divulgação Institucional – TVJ (Atividade)	11.389.209,00	1.200.000,00	12.589.209,00	260.000,00	12.048.358,39	280.850,61
Modernização do Poder Judiciário - (Projeto)	7.280.000,00	--	7.280.000,00	1.412.957,00	5.369.998,64	497.044,36
Implantação do Canal de Televisão Internacional (Projeto)	500.000,00	--	500.000,00	160.000,00	181.806,47	158.193,53
Recuperação e Modernização das Instalações do STF	6.000.000,00	600.000,00	6.600.000,00	870.000,00	5.256.209,27	473.790,73
Instalação do Conselho Nacional de Justiça (Projeto)	3.001.000,00	(1.600.000,00)	1.401.000,00	150.000,00	975.360,86	275.639,14
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios).	21.076,00	6.000,00	27.076,00	-	26.193,19	882,81
Total	302.426.969,00	2.536.685,00	304.963.654,00	6.756.359,00	290.086.873,56	8.120.421,44

Nota explicativa relacionada ao Demonstrativo da Utilização do Crédito Orçamentário por Programa de Trabalho:

(1) Valores contingenciados, conforme o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, e nas Mensagens do Presidente da República de nºs 164, 309, 465, 624, 754, 846 e Ofício Interministerial nº 22, de 29/12/2005.

(2) Valores reduzidos para oferecimento de recursos compensatórios para abertura de crédito suplementar.

Utilização e Execução dos Programas De Trabalho

Os Programas de Trabalho foram desenvolvidos conforme previsão inicial, e, ao fim do exercício, foi verificada a execução do planejamento estabelecido para o exercício de 2005.



Restos a Pagar Inscritos em 2004, pagos em 2005.

Em 31 de dezembro de 2004, foi inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 24.913.425,83 (vinte e quatro milhões, novecentos e treze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos), do qual foram pagos no exercício de 2005 R\$ 19.870.084,54 (dezenove milhões, oitocentos e setenta mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), tendo sido cancelado o valor de R\$ 4.970.951,29 (quatro milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), conforme demonstrativo abaixo:

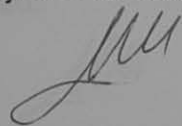
AÇÃO	RP-INSCRITO ¹	RP-PAGO ¹	RP-CANCELADO	SALDO
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	12.669.735,77	9.597.356,16	3.054.379,61	18.000,00
Interligação e Informatização do Poder Judiciário (Projeto)	9.602.168,13	8.860.438,60	687.339,53	54.390,00
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	24.444,18	20.928,78	3.515,40	(0,0)
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	516.058,37	498.919,12	17.139,25	-
Auxílio- Alimentação (Atividade)	579.808,21	-	579.808,21	-
Auxílio-Transporte (Atividade)	63.607,89	-	63.607,89	-
Assistência Pré-Escolar (Atividade)	82.070,25	-	82.070,25	-
Divulgação dos Atos do Poder Judiciário (Atividade)	1.193.430,86	788.547,88	404.882,98	(0,00)
Implantação do Canal de Televisão Internacional (Projeto)	150.000,00	103.894,00	46.106,00	-
Aposentadorias e Pensões (Atividade)	31.611,24	-	31.611,24	-
Cumprimento de Sentenças Judiciais (Precatórios)	371,90	-	371,90	-
Cumprimento de Sentenças Judiciais (RPV)	119,03	-	119,03	-
	24.913.425,83	19.870.084,54	4.970.951,29	72.390,00

Contratações por meio de certames licitatórios ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação

Após a liberação do orçamento de 2005, iniciaram-se os procedimentos necessários para a execução dos Programas de Trabalho, tendo sido emitidos empenhos para os contratos com vigências advindas de exercícios anteriores e para aqueles resultantes de certames licitatórios realizados no exercício de 2005 ou de contratações diretas, conforme disciplina a Lei nº 8.666/93.

O Tribunal, no intuito de manter o seu bom funcionamento, providenciou a assinatura de termos aditivos nos casos permitidos em lei, firmou novos contratos e convênios e realizou diversas aquisições no exercício de 2005. Esses procedimentos foram efetivados mediante licitação e por contratação direta, nas hipóteses e formas previstas na Lei de Licitações e Contratos. Convém ressaltar que, para todas as contratações, foram designados servidores do Supremo como gestores, com o objetivo de acompanhar a execução, bem como foram promovidas as respectivas publicações das compras e contratações no Diário Oficial da União e na Internet, conforme determinações do Tribunal de Contas da União.

Os procedimentos licitatórios foram conduzidos pelas Comissões Permanente e Especial de Licitação, devidamente instituídas, as quais têm por objetivo receber,



examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

No que se refere às licitações na modalidade Pregão, foram designados os Pregoeiros e equipes de apoio.

No exercício de 2005, foram realizadas 152 (cento e cinquenta e duas) licitações, excluídas as consideradas desertas, repetidas, anuladas e revogadas, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos, e processadas com a devida análise da Assessoria Jurídica, nas seguintes modalidades: Convite, Tomada de Preços, Concorrência Pública e Pregão.

Além disso, foram realizados serviços e compras por dispensa e inexigibilidade de licitação e por suprimento de fundos, distribuídos nos diversos Programas de Trabalho.

Cabe ressaltar que algumas contratações foram realizadas com dispensa de licitação, nos casos de despesas de pequeno vulto e em que se obtiveram, no mínimo, três propostas para comparação dos preços de mercado, seguindo orientação firmada pelo Tribunal de Contas da União.

Os recursos orçamentários do exercício de 2005 foram utilizados por meio de Notas de Empenho, emitidas para contemplar contratações realizadas em exercícios anteriores com previsão de prorrogação da vigência do ajuste, as quais foram resultantes de certames licitatórios ou contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade de licitação nos termos da lei), bem como para as contratações realizadas no exercício de 2005, resultantes, também, de certames licitatórios ou de contratações diretas, conforme quadro abaixo:

Valores empenhados durante o exercício de 2005

Modalidade	Valor	Percentual (%)
Convite	259.478,78	0,10
Tomada de Preços	2.707.487,66	0,98
Concorrência	39.153.044,97	14,20
Dispensa de Licitação	15.663.362,76	5,68
Inexigibilidade de Licitação	4.776.138,80	1,73
Pregão	25.025.624,96	9,07
Suprimento de Fundos	67.655,41	0,02
Casos em que não é aplicável a Lei nº 8.666/93 (1)	188.119.485,80	68,22
TOTAL	275.772.279,14	100,00

Transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres

O Tribunal transferiu recursos no decorrer do exercício de 2005 relacionados à execução de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria e outros instrumentos congêneres no montante de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais).

O convênio firmado com o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União – SINDJUS/DF, com a finalidade de realizar o Concurso “NOVAS IDÉIAS PARA A JUSTIÇA”, encontra-se em fase de comprovação.



Restos a Pagar de 2005

Em 31 de dezembro de 2005, foi inscrito na Conta Restos a Pagar o valor de R\$ 43.781.553,35 (quarenta e três milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos), sendo inscrito na conta Restos a Pagar Não-Processados o valor de R\$ 33.983.209,04 (trinta e três milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e nove reais e quatro centavos), e na conta Restos a Pagar Processados, o valor de R\$ 9.798.344,31 (nove milhões, setecentos e noventa e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e um centavos), assim distribuídos:

Conta Restos a Pagar Não-Processados

Programa de Trabalho	Valor do Restos a Pagar Inscrito
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	198.991,30
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	13.483.472,19
Modernização do Poder Judiciário (Projeto)	5.242.998,64
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	999.535,89
Auxílio-Alimentação (Atividade)	1.391,64
Comunicação e Divulgação Institucional do Poder Judiciário – TV Justiça (Atividade)	3.086.062,34
Auxílio-Transporte (Atividade)	36.289,51
Assistência Pré-Escolar (Atividade)	52.908,00
Implantação do Canal de TV Internacional (Projeto)	115.134,87
Aposentadoria e Pensões (Atividade)	35.796,99
Recuperação e Modernização das Instalações do STF	4.204.856,25
Contribuição da União p/ Custeio da Previdência (Atividade)	721.968,82
Interligação informatizada no Poder Judiciário (Projeto)	5.757.566,28
Instalação do Conselho Nacional de Justiça (Projeto)	46.236,32
TOTAL	33.983.209,04

Conta Restos a Pagar Processados

Programa de Trabalho	Valor do Restos a Pagar Inscrito
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	8.840.605,63
Aposentadorias e Pensões (Atividade)	667.742,94
Comunicação e Divulgação Institucional do Poder Judiciário – TV Justiça (Atividade)	289.995,74
TOTAL	9.798.344,31

Indicadores de Gestão

São instrumentos que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo órgão.

Os indicadores referentes à execução das metas constantes do Plano de Trabalho do Tribunal estão representados no Anexo a este Relatório.

Os índices de gestão referentes ao orçamento, após as devidas consultas ao SIAFI, são os que seguem:



I – Equação nº 1 – Índice de utilização orçamentária:

$$\frac{\text{Despesa Realizada}^1}{\text{Despesa Autorizada}^2} = \frac{289.763.171}{298.207.295} = 97\%$$

¹ Considerada a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente à Contribuição da União p/ Custeio da Previdência

² Deduzido o valor contingenciado.

II – Equação nº 2 – Índice de utilização orçamentária por Ação:

$$\frac{\text{Despesa Realizada (por Atividade)}}{\text{Despesa Autorizada (por Atividade)}}$$

Deduzido o valor contingenciado (despesa autorizada).

a) Capacitação de Recursos Humanos

$$\frac{773.019}{880.000} = 88\%$$

b) Apreciação e Julgamento de Causas

$$\frac{153.570.983}{155.154.145} = 99\%$$

c) Pagamento de Aposentadorias e Pensões

$$\frac{72.220.834}{72.220.834} = 100\%$$

d) Interligação Informatizada no Poder Judiciário

$$\frac{5.881.970}{8.848.733} = 66\%$$

e) Auxílio-alimentação

$$\frac{6.180.932}{6.180.932} = 100\%$$

f) Auxílio-transporte

$$\frac{211.000}{211.000} = 100\%$$

g) Assistência pré-escolar aos dependentes

$$\frac{932.574}{936.900} = 100\%$$



h) Assistência médica e odontológica

$$\frac{9.911.044}{11.856.906} = 84\%$$

i) Comunicação e Divulgação Institucional

$$\frac{12.004.786}{12.329.209} = 97\%$$

j) Implantação do Canal de TV Internacional

$$\frac{181.806}{340.000} = 53\%$$

k) Recuperação e Modernização das Instalações do STF

$$\frac{5.256.209}{5.730.000} = 92\%$$

l) Modernização do Poder Judiciário

$$\frac{5.369.999}{5.867.043} = 92\%$$

m) Instalação do Conselho Nacional de Justiça

$$\frac{928.988}{1.251.000} = 74\%$$

n) Contribuição da União p/ Custeio da Previdência

$$\frac{16.312.835}{16.373.517} = 100\%$$

o) Cumprimento de Sentença Judicial

$$\frac{26.193}{27.076} = 97\%$$

III – Equação nº 3– Índice de Inscrição na Conta Restos a Pagar:

$$\frac{\begin{array}{c} \text{Restos a Pagar} \\ \text{Inscritos} \\ \text{Despesa} \\ \text{Empenhada} \end{array}}{\begin{array}{c} 43.781.553 \\ 275.772.279 \end{array}} = 16\%$$

Nota: RP inscritos p/ execução no exercício de 2006.



IV – Equação nº 4 – Índice de Restos a Pagar Inscritos e Pagos:

$$\frac{\text{Saldo de Restos Pagos}}{\text{Restos a Pagar Inscritos}} = \frac{19.868.536}{24.912.627} = 80\%$$

Nota: RP inscritos p/ execução em 2005.

V – Equação nº 5 – Índice de Restos a Pagar Inscritos e não Pagos:

$$\frac{\text{Restos a Pagar Inscritos e Não Pagos}}{\text{Restos a Pagar Inscritos}} = \frac{5.043.805}{24.912.627} = 20\%$$

Nota: RP inscritos p/ execução em 2005.

VI – Equação nº 6 – Índice de Despesas Diretas com Pessoal:

$$\frac{\text{Aplicações Diretas Realiz. c/ Pessoal}}{\text{Despesas Correntes e de Capital}} = \frac{183.417.564}{298.763.171} = 61\%$$

Nota: Considerada a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente à Contribuição da União.

Verificação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

Em cumprimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Presidente do Supremo Tribunal Federal tornou público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2005.

Patrocínio e Financiamento

O Supremo Tribunal Federal não patrocina entidades fechadas de previdência privada, bem como não mantém projeto ou programa financiado com recursos externos.

Brasília, 29 de março de 2006.


Miguel Augusto Fonseca de Campos
Diretor-Geral da Secretaria



ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2005
Quadro 1

R\$ 1,00					
RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	DESPESAS	FIXAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	Crédito Orçamentário Suplementar	304.963.654
Receitas de Serviços	-	-	-	Despesas Correntes	280.721.779
Outras Receitas Correntes	-	-	-	Pessoal e Encargos Sociais	183.535.607
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	Juros e Encargos da Dívida	-
	-	-	-	Outras Despesas Correntes	86.403.087
	-	-	-	Despesas de Capital	24.241.875
	-	-	-	Investimentos	19.942.520
	-	-	-	Inversões Financeiras	19.942.520
	-	-	-	Créditos Especiais	-
	-	-	-	Despesas Correntes	-
	-	-	-	Outras Despesas Correntes	-
Subtotal (1)	-	-	-	Subtotal (1)	304.963.654
Movimentação Financeira	304.963.654	289.763.171	15.200.483	Movimentação de Crédito	-
Cota	304.963.654	289.763.171	15.200.483	Crédito Orçamentário Suplementar	-
Autorizada	304.963.654	289.763.171	15.200.483	Despesas Correntes	-
Repassa	-	(13.990.892)	13.990.892	Outras Despesas Correntes	-
Descentralizado	-	(13.990.892)	13.990.892	Despesas de Capital	-
	-	-	-	Investimentos	-
Subtotal (2)	304.963.654	275.772.279	29.191.375	Subtotal (2)	-
TOTAL (1+2)	304.963.654	275.772.279	29.191.375	TOTAL (1+2)	304.963.654
DÉFICIT TOTAL	-	-	-	SUPERÁVIT TOTAL	-
TOTAL GERAL	304.963.654	275.772.279	29.191.375	RESULTADO	304.963.654
					29.191.375

Fonte: SIAFI

Edição 12/2005
Elaboração: P. Costa Araújo Fernandes
Chefe de Seção do Centro de Estudos e Pesquisas

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2005

Quadro 1

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	DESPESAS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	Crédito Orçamentário Suplementar	304.963.654	275.772.279	29.191.375
Recitas de Serviços	-	-	-	Despesas Correntes	280.721.779	255.829.759	24.892.020
Outras Receitas Correntes	-	-	-	Pessoal e Encargos Sociais	183.535.607	169.426.672	14.108.935
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
				Outras Despesas Correntes	97.186.172	86.403.087	10.783.085
				Despesas de Capital	24.241.875	19.942.520	4.299.355
				Investimentos	24.241.875	19.942.520	4.299.355
				Inversões Financeiras	-	-	-
				Créditos Especiais	-	-	-
				Despesas Correntes	-	-	-
				Outras Despesas Correntes	-	-	-
Subtotal (1)	-	-	-	Subtotal (1)	304.963.654	275.772.279	29.191.375
Movimentação Financeira	304.963.654	289.763.171	15.200.483	Movimentação de Crédito	-	-	-
Cota	304.963.654	289.763.171	15.200.483	Crédito Orçamentário Suplementar	-	-	-
Autorizada	304.963.654	289.763.171	15.200.483	Despesas Correntes	-	-	-
Repasse	-	(13.990.892)	13.990.892	Outras Despesas Correntes	-	-	-
Descentralizado	-	(13.990.892)	13.990.892	Despesas de Capital	-	-	-
				Investimentos	-	-	-
Subtotal (2)	304.963.654	275.772.279	29.191.375	Subtotal (2)	-	-	-
TOTAL (1+2)	304.963.654	275.772.279	29.191.375	TOTAL (1+2)	304.963.654	275.772.279	29.191.375
DÉFICIT TOTAL	-	-	-	SUPERÁVIT TOTAL	-	-	-
TOTAL GERAL	304.963.654	275.772.279	29.191.375	RESULTADO	304.963.654	275.772.279	29.191.375

Fonte: SIAFI

Edição P. Sérgio Fernandes
Coordenador de Contabilidade Analítica

LM

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2005
Quadro 2

R\$ 1,00

INGRESSOS	PARCIAL	TOTAL	DISPÊNDIOS	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	-	-	DESPESAS CORRENTES	255.829.759	255.829.759
Receita Patrimonial	-	-	Aplicação Direta e Transfer. Intergov.	169.426.672	-
Receita de Serviços	-	-	Pessoal e Encargos Sociais	86.403.087	-
Outras Receitas Correntes	-	-	Outras Despesas Correntes	-	-
			Transferências a Estados, DF e Municípios	86.403.087	-
			Outras Despesas	-	19.942.520
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	DESPESAS DE CAPITAL	19.942.520	-
Amort. de Empréstimos/Financiamentos	-	-	Aplicação Direta e Transfer. Intergov.	19.942.520	-
		298.103.945	Investimentos	-	22.331.666
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	298.103.945	-	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	22.331.666	-
Transferências Orçamentárias	296.146.478	-	Transferências Orçamentárias	-	-
Cota Recebida	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-Repasso Recebido	-	-	Sub-Repasso Concedido	-	-
Sub-Repasso Recebido no Exercício	-	-	Sub-Repasso Concedido no Exercício	-	-
Valores Diferidos-Baixa	1.957.467	-	Valores Diferidos	8.340.774	-
			Repasses previdenciários concedidos - RPPS	13.990.892	-
Transferências Extra-Orçamentárias	-	-	Transferências Extra-Orçamentárias	-	-
Ordem de Transferência Recebida	-	-	Ordem de Transferência Concedida	-	-
Transferências Recebidas	-	-	Transferências Concedidas	-	-
Transferências Diversas Recebidas	-	-	Transferências Diversas Concedidas	-	-
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.		93.070.197	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.		93.072.035
Valores em Circulação	35.817.237	-	Valores em Circulação	66.115.675	-
Recursos Especiais a Receber	33.261.997	-	Recursos Especiais a Receber	66.057.190	-
Valores em Trânsito Realizáveis	-	-	Valores em Trânsito Realizáveis	-	-
Créditos Tributários	-	-	Créditos Tributários	-	-
Recursos da União	2.555.240	-	Recursos da União	58.486	-
Créditos Diversos a Receber	-	-	Créditos Diversos a Receber	-	-
Outros Créditos	-	-	Outros Créditos	-	-
Recursos Vinculados	-	-	Recursos Vinculados	-	-
Valores Pendentes a Curto Prazo	8.340.774	-	Valores Pendentes a Curto Prazo	1.957.467	-
Valores Diferidos	8.340.774	-	Valores Diferidos	1.957.467	-
Depósitos	34.020	-	Depósitos	35.845	-
Consignações	-	-	Consignações	-	-
Depósitos de Diversas Origens	34.020	-	Depósitos de Diversas Origens	35.845	-
Obrigações em Circulação	48.873.853	-	Obrigações em Circulação	24.916.941	-
Fornecedores	696.662	-	Fornecedores	948.117	-
Do Exercício	623.808	-			-
			De Exercícios Anteriores	948.117	-
De Exercício Anteriores	72.854	-			-
			Convênios a Pagar	-	-
Pessoal e Encargos a Pagar	9.174.537	-	Pessoal e Encargos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	39.000.266	-	RP's Não Processados - Inscrição	23.965.309	-
Não Processados a Liquidar	33.983.209	-	Outras Obrigações	3.515	-
Não Processados Liquidados	-	-			-
Cancelado	5.017.057	-			-
Outras Obrigações	2.388	-			-
Valores em Trânsito	-	-	Ajustes de Direitos e Obrigações	46.106	-
Recursos a Liberar p/Transferência	-	-	Incorporação de Obrigações	46.106	-
Recursos a Liberar p/Pgto. de RP's	-	-	Exercícios Anteriores	46.106	-
Ajustes de Direitos e Obrigações	4.314	-			-
Desincorporação de Obrigações	4.314	-			-
Exercícios Anteriores	4.314	-			-
Recursos Diversos a Liberar	-	-			-
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR		35.857	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE		34.020
Conta Única do Tesouro Nacional	12	-	Conta Única do Tesouro Nacional	-	-
Outras Disponibilidades	35.845	-	Outras Disponibilidades	34.020	-
TOTAL GERAL		391.210.000	TOTAL GERAL		391.210.000

Fonte: SIAFI

Edição P. Santa Amália Formosa
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2005

Quadro 3

R\$ 1,00

ATIVO	PARCIAL	TOTAL	PASSIVO	PARCIAL	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO		66.091.210	PASSIVO FINANCEIRO		46.446.055
Disponível	34.020		Depósitos	2.589.260	
Disponível em Moeda Nacional	34.020		Consignações	-	
			Recursos do Tesouro Nacional	2.555.240	
			Depósitos de Diversas Origens	34.020	
Créditos em Circulação	66.057.190		Obrigações em Circulação	43.856.795	
Créditos a Receber	-		Restos a Pagar Processados	9.873.586	
Límite de Saque c/Vinc. de Pgto.	66.057.190		Fornecedores - do Exercício	623.808	
Créditos p/Pgto. de Desp. de Terc.	-		Fornecedores - Ex. Anteriores	72.854	
Recursos a Receber para Pgto. de RP	-		Pessoal a Pagar - do Exercício	9.174.537	
Depósitos Realizáv. a Curto Prazo	-		Pessoal a Pagar - Ex. Anteriores	-	
Valores em Trânsito Realizáveis	-		Encargos Sociais a Recolher	-	
			Débitos Diversos a Pagar	2.388	
			Obrigações Tributárias	-	
			Restos a Pagar - Não Processados	33.983.209	
			A Liquidar	33.983.209	
			Liquidados	-	
			Credores Diversos	-	
			Valores em Trânsito Exigíveis	-	
			Recursos Espec. a Liber. p/Transf.	-	
			Recursos a Liberar p/Pgto. de RPs	-	
			Outras Obrigações a Pagar	-	
Valores Pendentes a Curto Prazo	-		Valores Pendentes a Curto Prazo	-	
Outros Valores Pendentes a CP	-		Repasse Recebido Diferido	-	
ATIVO NÃO-FINANCEIRO		117.550.607	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO		8.340.774
Realizável a Curto Prazo	2.723.100		Valores Pendentes a Curto Prazo	8.340.774	
Créditos em Circulação	-		Valores Diferidos	8.340.774	
Fornecimentos a Receber	-				
Créditos Parcelados	-				
Diversos Responsáveis	-				
Empréstimos e Financiamentos	-				
Adiantamentos Concedidos	-				
Recursos Vinculados	-				
Outros Créditos em Circulação	-				
Bens e Valores em Circulação	2.723.100				
Estoques	2.723.100				
Títulos e Valores	-				
Materiais em Trânsito	-				
Títulos e Valores em Trânsito	-				
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Valores Pendentes a Curto Prazo	17.082.055		Exigível a Longo Prazo	-	
Despesas Antecipadas	-		Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-	
Valores Diferidos	-		Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	-	
Custos a Apropriar	-		Operações de Crédito - Interna	-	
Bens/Direitos a incorp. Por insc. RP	17.082.055		Operações de Crédito - Externa	-	
Realizável a Longo Prazo	-		Obrigações Legais e Tributárias	-	
Créditos Realizáv. a Longo Prazo	-		Obrigações a Pagar	-	
Empréstimos e Financiamentos	-		Outras Operações Exigíveis	-	
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Outros Créditos	-				
Permanente	97.745.451				
Investimentos	-				
Participação Societária	-				
Particip. em Fundos e Condomínios	-				
Outros Investimentos	-				
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Imobilizado	97.745.451				
Bens Móveis e Imóveis	97.657.819				
Títulos e Valores	-				
Bens Intangíveis	87.633				
Depreciações, Amortiz. e Exaustões	-				
Diferido	-				
ATIVO REAL		183.641.817	PASSIVO REAL		54.786.829
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		128.854.988
			Patrimônio/Capital	115.673.090	
			Reservas	-	
			Resultado Acumulado	-	
			Ajustes do Patrimônio/Capital	-	
			Resultado do Período	13.181.897	
			Situação Patrimonial Ativa	183.641.797	
			Situação Patrimonial Passiva	170.459.899	
ATIVO COMPENSADO		42.108.558	PASSIVO COMPENSADO		42.108.558
Compensações Ativas Diversas	42.108.558		Compensações Passivas Diversas	42.108.558	
Responsab. p/Valores, Títulos e Bens	4.851.090		Valores, Títulos e Bens sob Respons.	4.851.090	
Garantias de Valores	-		Valores em Garantia	-	
Direitos e Obrigações Conveniados	1.152.935		Direit. e Obrigações Conveniados	1.152.935	
Direitos e Obrigações Contratuais	34.823.511		Direitos e Obrigações Contratadas	34.823.511	
Outras Compensações	1.281.022,17		Compensações Diversas	1.281.022	
TOTAL GERAL		225.750.375	TOTAL GERAL		225.750.375

Fonte: SIAFI

Edição: 11/05/2006
Elaboração: P. Sérgio Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2005
Quadro 4

R\$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS	PARCIAL	TOTAL	VARIAÇÃO PASSIVAS	PARCIAL	TOTAL
ORÇAMENTÁRIAS		322.149.821	ORÇAMENTÁRIAS		298.103.945
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-		DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	275.772.279	
Receitas Correntes	-		Despesas Correntes	255.829.759	
Receita Patrimonial	-		Pessoal e Encargos Sociais	169.426.672	
Receita de Serviços	-		Juros e Encargos da Dívida	-	
Outras Receitas Correntes	-		Outras Despesas Correntes	86.403.087	
Receitas de Capital	-		Despesas de Capital	19.942.520	
Amortização de Empr./Financiamento	-		Investimentos	19.942.520	
			Inversões Financeiras	-	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	298.103.945		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	22.331.666	
Transferências Financeiras Recebidas	298.103.945		Transferências Financ. Concedidas	22.331.666	
Cota Recebida	296.146.478		Repasse Concedido	-	
			Sub-Repasse Concedido	-	
Valores Diferidos - Baixa	1.957.467		Valores Diferidos - Inscrição	8.340.774	
			Repasse Previdenciários Concedidos	13.990.892	
Correspondência de Débito	-		Correspondência de Créditos	-	
MUTAÇÕES ATIVAS	24.045.876		MUTAÇÕES PASSIVAS	-	
Incorporações de Ativos	24.045.876		Desincorporações de Ativos	-	
Aquisições de Bens	5.696.431		Alienação de Bens	-	
Incorporação de Créditos	-		Liquidação de Créditos	-	
Gastos e Despesas Diferidas	-				
Bens/Dir. a Incorp. Pela Insc. RP	18.349.445		Incorporação de Passivos	-	
Desincorporação de Passivos	-		RESULT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		31.863.667
RESULT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		20.999.688	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	-	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.845.356		Transf. de Bens e Valor. Concedidos	-	
Transf. de Bens e Valores Recebidos	1.845.356		Transferências Financeir. Concedidas	-	
Transferências Financeiras Recebidas	-		Movimento de Fundos a Crédito	-	
Movimento de Fundos a Débito	-		Outras Interferências Passivas	-	
Outras Interferências Ativas	-		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	31.863.667	
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	19.154.332		Desincorporações de Ativos	31.790.413	
Incorporações de Ativos	14.106.768		Baixa de Bens Imóveis	2.266.249	
Incorporação de Bens Imóveis	661.557		Baixa de Bens Móveis	15.106.088	
Incorporação de Bens Móveis	13.445.211		Baixa de Bens Intangíveis	-	
Incorporação de Bens Intangíveis	-		Baixa de Títulos e Valores	-	
Incorporação de Títulos e Valores	-		Bens/Direitos a Incorp. pela Insc. de RP	14.418.076	
Incorporação de Direitos	-		Ajustes de Bens, Valores e Créditos	-	
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	-				
			Desvalorização de Bens	-	
Reavaliações de Bens	-				
			Desvalorização de Títulos e Valores	-	
Reavaliações de Títulos e Valores	-		Ajustes de Créditos	-	
Ajustes de Créditos	-		Depreciação, Amortizaç. e Exaustão	-	
Outros Ajustes Patrimoniais	-		Incorporação de Passivos	72.299	
Desincorporação de Passivos	5.047.564		Ajustes de Obrigações	-	
Ajustes de Obrigações	-				
Valorizações Diversas	-		Ajustes Monetários do Balanço	-	
Ajustes Monetários do Balanço	-		Result. da Equivalência Patrimonial	-	
Result. da Equivalência Patrimonial	-		Ajustes de Exercícios Anteriores	954	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-				
Acrescimos Patrimoniais Diversos	-				
RESULTADO PATRIMONIAL		-	RESULTADO PATRIMONIAL		13.181.897
DÉFICIT		-	SUPERÁVIT		13.181.897
TOTAL GERAL		343.149.509			343.149.509

Fonte: SIAFI

Edileia P. Silva Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO: 2005

Quadro 5

R\$ 1,00

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	PARCIAL	TOTAL
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		34.020
Conta Única do Tesouro Nacional	-	
Outras Contas Bancárias	34.020	
TOTAL		34.020

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	PARCIAL	TOTAL
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO		(66.057.170)
Valores em Trânsito Realizáveis	-	
Valores a Creditar	-	
Outros Créditos	-	
Créditos a Receber	(66.057.170)	
Créditos Tributários	-	
Recursos Especiais a Receber	(66.057.170)	
Recursos a Receber por Transferência	-	
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	(66.057.170)	
Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar	-	
Créditos Diversos a Receber	-	
Créditos a Receber - Folha de Pagamento	-	
Abono Permanência e Aposentadorias	-	
Créditos em Liquidação	-	
DEPÓSITOS		2.589.240
Consignações	-	
Recursos do Tesouro Nacional	2.555.220	
Depósitos de Diversas Origens	34.020	
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		43.856.795
Obrigações a Pagar	43.854.407	
Fornecedores	696.662	
Do Exercício	623.808	
De Exercícios Anteriores	72.854	
Pessoal a Pagar	9.174.537	
Do Exercício	9.174.537	
De Exercícios Anteriores	-	
Encargos Sociais a Recolher	-	
Tributos a Pagar	-	
Recursos a Liberar por Transferência	-	
Restos a Pagar	33.983.209	
Não Processados a Liquidar	33.983.209	
Recursos a Liberar para Pagamento de Restos a Pagar	-	
Credores Diversos	2.388	
Débitos Diversos a Pagar	2.388	
Outros Credores	-	
Valores em Trânsito Exigíveis	-	
Valores a Debitar	-	
Ordens Bancárias a Emitir	-	
Ordens Bancárias Canceladas	-	
Outras Obrigações	-	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-	
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO		19.645.154
Disponibilidade por Fonte de Recursos	19.645.154	
Disponibilidade de Restos a Pagar	-	
Limite de Restos a Pagar - Concedido	-	
Limite de Restos a Pagar - Recebido	-	
TOTAL		34.020

Fonte: SIAFI

Edileine P. Silva
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 EXERCÍCIO: 2005

Quadro 8

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL (A)	SUPLEMEN- TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
			Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
0100 Recursos Ordinários	277.745.309	2.530.685					280.275.994	101%
0106 Recursos Ordinários Condicionados	-	-					-	
0110 Rec. Cont. p/ o Plano Seg. Soc.Serv. Condicionados	-	-					-	
0150 Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	-	-					-	
0151 Contribuição Social sobre o Lucro Líq.das Pes.Jurídicas	-	-					-	
0153 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-					-	
0156 Contribuição plano seguridade social servidor	9.977.590	-					9.977.590	100%
0169 Contribuição plano seguridade social servidor	14.704.070	-					14.704.070	100%
0300 Recursos Ordinários	-	6.000					6.000	
0351 Contr. Social s/ Lucro das pessoas jurídicas	-	-					-	
0353 Contribuição p/ financ. da Seguridade Social	-	-					-	
TOTAL	302.426.969	2.536.685	-	-	-	-	304.963.654	101%

Fonte: SIAFI

Carla Lucia P. Lima Araújo Fernandes
 Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Maria José Rabelo dos Santos
 Coordenadora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 DOTAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 EXERCÍCIO: 2005
 Quadro 11

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL (A)	SUPLEMEN- TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
			Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
Despesas Correntes	278.785.094	1.936.685					280.721.779	101%
Pessoal e Encargos Sociais	169.398.922	14.136.685					183.535.607	108%
Aplicações Diretas	(14.136.685)	14.136.685					-	0%
Aposentadorias e Reformas	49.591.647	-					49.591.647	100%
Pensões	13.266.237	-					13.266.237	100%
Outros Benefícios Assistenciais	98.807	-					98.807	100%
Vencimentos e Vantagens Fixas	80.557.183	-					80.557.183	100%
Obrigações Patronais	15.134.941	-					15.134.941	100%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.321.378	-					2.321.378	100%
Depósitos Compulsórios	125.685	-					125.685	100%
Sentenças Judiciais	27.076	-					27.076	100%
Despesas de Exercícios Anteriores	21.638.879	-					21.638.879	100%
Pessoal Requisitado	773.774	-					773.774	100%
Outras Despesas Correntes	109.386.172	(12.200.000)					200.000	89%
Transfer. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos	200.000	-					200.000	100%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000	-					1.340.000	10%
Aplicações Diretas	13.540.000	(12.200.000)					930.000	100%
Outros Benefícios Assistenciais	930.000	-					466.000	100%
Diárias - Pessoal Civil	466.000	-					4.793.000	100%
Material de Consumo	4.793.000	-					16.493	100%
Premiações Cul., Art., Cient., Desp. e Outr.	16.493	-					15.000	100%
Material de Distribuição Gratuita	15.000	-					1.056.000	100%
Passagens e Despesas com Locomoção	1.056.000	-					2.679.406	100%
Serviços de Consultoria	2.679.406	-					137.400	100%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	137.400	-					-	-
Locação de Mão-de-obra	-	-					76.537.810	100%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	76.537.810	-					6.180.932	100%
Auxílio-Alimentação	6.180.932	-					161.000	100%
Obrigações Tributárias e Contributivas	161.000	-					211.000	100%
Auxílio-Transporte	211.000	-					44.314	100%
Despesas de Exercícios Anteriores	44.314	-					2.417.817	100%
Indenizações e Restituições	2.417.817	-					24.241.875	103%
Investimentos	23.641.875	600.000					870.000	322%
Aplicações Diretas	270.000	600.000					6.589.762	100%
Obras e Instalações	6.589.762	-					16.762.760	100%
Equipamentos e Material Permanente	16.762.760	-					19.353	101%
Despesas de Exercícios Anteriores	19.353	-					-	-
TOTAL	302.426.969	2.536.685					304.963.654	101%

Fonte: SIAFI

Maria José Rabelo dos Santos
 Coordenadora de Orçamento Financeiro

Coatim - Juiz
 Edilizia P. Silva
 Coordenadora de Contabilidade Analítica

Quadro 14

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO (A)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA		DESPESA REALIZADA		CREDITOS NÃO UTILIZADOS		RESTOS A PAGAR N/ PROCESSADOS	
		Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A	Valor (E)	% E/A
Despesas Correntes	280.721.779			255.829.759	91%	5.609.796	2%	16.901.154	6%
Pessoal e Encargos Sociais	183.535.607			169.426.672	92%	112.333	0%	1.204.428	1%
Aplicações Diretas	183.535.607			169.426.672	92%	112.333	0%	1.204.428	1%
Aposentadorias e Reformas	49.591.647			49.591.647	100%	-	0%	-	0%
Pensões Civis	13.266.237			13.266.237	100%	-	0%	-	0%
Outros Benefícios Assistenciais	98.807			98.807	100%	-	0%	25.000	25%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	80.557.183			80.557.183	100%	-	0%	14.148	0%
Obrigações Patronais	15.134.941			1.083.367	7%	60.682	0%	-	0%
Outras Despesas Variáveis - pessoal Civil	2.321.378			2.321.378	100%	-	0%	326.810	14%
Outras Despesas de Pessoal	-			-	-	-	-	-	-
Depósitos Compulsórios	125.685			125.685	100%	-	0%	-	0%
Sentenças Judiciais	27.076			26.193	97%	883	3%	-	0%
Despesas de Exercícios Anteriores	21.638.879			21.582.400	100%	50.768	0%	732.766	3%
Pessoal Requisitado	773.774			773.774	100%	-	0%	105.704	14%
Outras Despesas Correntes	97.186.172			86.403.087	89%	5.497.463	6%	15.696.726	16%
Transfer. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos	200.000			200.000	100%	-	0%	73.000	37%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	200.000			200.000	100%	-	0%	73.000	37%
Aplicações Diretas	96.986.172			86.203.087	89%	5.497.463	6%	15.623.726	16%
Outros Benefícios Assistenciais	930.000			930.000	100%	-	0%	52.908	6%
Diárias	466.000			466.000	100%	-	0%	40.395	9%
Material de Consumo	4.793.000			4.103.355	86%	626.071	13%	1.267.389	26%
Premiações Cul., Art., Cient., Desp. e Outr.	16.493			16.493	100%	-	0%	-	0%
Material de Distribuição Gratuita	15.000			7.241	0%	7.759	52%	-	0%
Passagens e Despesa com Locomoção	1.056.000			901.802	85%	107.825	10%	63.460	6%
Serviços de Consultoria	2.679.406			2.669.000	100%	10.406	0%	300.073	11%
Outros Serviços de Terceiros - PF	137.400			112.970	82%	24.430	18%	34.000	25%
Locação de Mão-de-Obra	-			-	-	-	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - PJ	76.537.810			68.106.421	89%	4.595.713	6%	13.501.081	18%
Auxílio-Alimentação	6.180.932			6.180.932	100%	-	0%	1.392	0%
Obrigações Tributárias e Contributivas	161.000			113.105	70%	47.895	30%	40.847	25%
Auxílio-Transporte	211.000			211.000	100%	-	0%	36.290	17%
Despesas de Exercícios Anteriores	44.314			37.745	85%	6.569	15%	-	0%
Indenizações e Restituições	2.417.817			2.347.024	97%	70.794	3%	285.891	12%
Despesas de Capital	24.241.875			19.942.520	82%	2.510.626	10%	17.082.055	70%
Aplicações Diretas	24.241.875			19.942.520	82%	2.510.626	10%	17.082.055	70%
Obras e Instalações	6.589.762			6.312.632	96%	277.130	4%	4.678.347	71%
Equipamento e Material Permanente	16.762.760			13.610.535	81%	2.233.496	13%	12.403.708	74%
Despesas de Exercícios Anteriores	19.353			19.353	100%	-	-	-	0%
TOTAL	304.963.654			275.772.279	90,4%	8.120.421	2,7%	33.983.209	11%

Fonte: SIAFI

Nota: Não foi considerada nesse demonstrativo a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente a Contribuição da União p/ Custeio da Previdência.

Cooperação - Anjo Fernandes
Edilene de Souza Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Auxiliar

Maria José Rabelo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA, GRUPO E MODALIDADE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 EXERCÍCIO: 2005

Quadro 17

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOURO		RECURSOS DE OUTRAS FONTES		TOTAL	
	Dotação	Despesa Executada	Dotação	Despesa Executada	Dotação	Despesa Executada
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	280.721.779	255.829.759	0	0	280.721.779	255.829.759
Aplicações Diretas	183.535.607	169.426.672	0	0	183.535.607	169.426.672
Outras Despesas Correntes	183.535.607	169.426.672			183.535.607	169.426.672
Transferências Intragovernamentais	97.186.172	86.403.087			97.186.172	86.403.087
Transfer. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos	0	0				
Aplicações Diretas	200.000	200.000				
Contribuições	96.986.172	86.203.087			96.986.172	86.203.087
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	24.241.875	19.942.520			24.241.875	19.942.520
Transferências a Instituições Multigovernamentais	24.241.875	19.942.520			24.241.875	19.942.520
Aplicações Diretas	0	0				0
Inversões Financeiras	24.241.875	19.942.520			24.241.875	19.942.520
Aplicações Diretas						
TOTAL	304.963.654	275.772.279	0	0	304.963.654	275.772.279

Fonte: SIAFI

Nota: Não foi considerada nesse demonstrativo a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente a Contribuição da União p/ Custeio da Previdência.

Edilene P. Silva Araújo Fernandes
 Chefe de Seção de Contabilidade Analítica

Maria José Rabelo dos Santos
 Coordenadora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DIVERSOS RESPONSÁVEIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2005
Quadro 18

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	APURADOS		EM APURAÇÃO	
	Saldo Inicial do Exercício	Saldo Atual do Exercício	Saldo Inicial do Exercício	Saldo Atual do Exercício
Supremo Tribunal Federal	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Edilene P. Silva
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Maria José Rabêlo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 DOTAÇÃO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
 EXERCÍCIO: 2005
Quadro 21

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL (A)	SUPLEMEN- TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
			Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
6359	156.959.303	145.977					157.105.280	100%
1147	12.001.000	(1.200.000)					10.801.000	90%
4091	800.000	80.000					880.000	110%
2004	6.356.906	5.500.000					11.856.906	187%
2549	11.389.209	1.200.000					12.589.209	111%
2012	7.175.932	(995.000)					6.180.932	86%
2011	396.000	(185.000)					211.000	53%
2010	1.256.900	(320.000)					936.900	75%
7134	500.000						500.000	100%
0005	21.076	6.000					27.076	128%
11CD	6.000.000	600.000					6.600.000	110%
11E6	7.280.000						7.280.000	100%
12EN	3.001.000	(1.600.000)					1.401.000	47%
09HB	22.801.766	(6.428.249)					16.373.517	72%
0396	66.487.877	5.732.957					72.220.834	109%
TOTAL	302.426.969	2.536.685	-	-			304.963.654	101%

Fonte: SIAFI

Qd. Jul. de
 Edilício P. Silva
 Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Maria José Rabelo dos Santos
 Coordenadora de Orçamento e Finanças

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO DA DESPESA POR AÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 24

Quadro 24

ESPECIFICAÇÃO		DOTAÇÃO (A)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA		DESPESA REALIZADA		CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS		RESTOS A PAGAR N/ PROCESSADOS		R\$ 1,00
			Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A	Valor (E)	% E/A	
09HB	Contrib. Da União, de suas Autarquias e Fund. p/ o Custeio	16.373.517			16.312.835	100%	60.682	0%	721.969	4,4%	
6359	Apreciação e Julgamento de Causas no STF	157.105.280			153.570.983	98%	1.349.406	1%	13.483.472	8,6%	
11CD	Recuperação e Modernização das Instalações do STF	6.600.000			5.256.209	80%	473.791	7%	4.204.856	63,7%	
11E6	Modernização do Poder Judiciário	7.280.000			5.369.999	74%	497.044	7%	5.242.999	72,0%	
12EN	Instalação do Conselho Nacional de Justiça	1.401.000			928.988	66%	275.639	20%	46.236	3,3%	
1147	Interligação Informatizada do Poder Judiciário	10.801.000			5.881.970	54%	2.966.763	27%	5.757.566	53,3%	
4091	Capacitação de Recursos Humanos	880.000			773.019	88%	106.981	12%	198.991	22,6%	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	12.589.209			12.004.786	95%	280.851	2%	3.086.062	24,5%	
7134	Implantação do Canal de Televisão Internacional	500.000			181.806	36%	158.194	32%	115.135	23,0%	
2004	Assist. Méd. e Odont., aos Serv., Empreg. e seus Dependentes	11.856.906			9.911.044	84%	1.945.862	16%	999.536	8,4%	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	6.180.932			6.180.932	100%	0	0%	1.392	0,0%	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	211.000			211.000	100%	0	0%	36.290	17,2%	
2010	Assist. Pré-escolar aos Depend. dos Servidores e Empregados	936.900			932.574	100%	4.326	0%	52.908	5,6%	
0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	72.220.834			72.220.834	100%	0	0%	35.797	0,0%	
0005	Cumprimento de Sent. Judicial Transitada em Julgado	27.076			26.193	97%	882,81	3%	0	0,0%	
TOTAL		304.963.654			289.763.171	95,0%	8.120.421	2,7%	33.983.209	11%	

Fonte: SIAFI

Nota: Foi considerada nesse demonstrativo a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente a Contribuição da União p/ Custeio da Previdência.
Na coluna créditos não utilizados os valores bloqueados (contingenciamento e saldo conta créditos a pré-empenhar)

Paulo Sérgio de
Liliane R. Silva Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Auxílios

Maria José Raballo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA CONSOLIDADA
EXERCÍCIO: 2005
Quadro 25

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
- DOTAÇÃO INICIAL	302.426.969
- CRÉDITOS ADICIONAIS	30.106.685
- MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITO	2.536.685
- CRÉDITO CONTINGENCIADO	6.756.359
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA (1)	298.207.295
DESPESA REALIZADA (2)	275.772.279
SALDO (3) = (1) - (2)	22.435.016
PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS OU EXCESSOS DE REALIZAÇÃO (3)/(1) %	8%

Fonte: Siafi

Nota: Não foi considerada nesse demonstrativo a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente a Contribuição da União p/ Custeio da Previdência.

Coordenador -
Eduardo A. Silva
Chefe da Seção de Contabilidade

Marina José Rabelo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 QUADRO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS
 EXERCÍCIO: 2005
 Quadro 26

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO		ATIVIDADES FINALÍSTICAS			
ITEM		CUSTO (R\$ mil)		EXECUÇÃO	
		FINANCEIRA (R\$ mil)		FÍSICA (%)	
		No Exercício	Acum. no Exercício	No Exercício	Acum. no Exercício
01	02.061.0565.6359.0001 - Apreciação e Julgamento de Causas no STF				
02	02.126.0565.1147.0001 - Interligação Informatizada no Poder Judiciário				
03	02.131.0565.2549.0001 - Comunicação e Divulgação Institucional				
04	02.128.1565.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos				
05	02.306.0565.2012.0001 - Auxílio Alimentação				
06	02.331.0565.2011.0001 - Auxílio Transporte				
07	02.365.0565.2010.0001 - Assistência Pré-Escolar				
08	02.131.1032.7134.0001 - Implantação do Canal de TV Internacional				
09	02.301.0565.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica				
10	02.122.0565.2004.0001 - Recuperação e Moder. das Instalações do STF				
11	02.122.0565.11E6.0001 - Modernização do Poder Judiciário				
12	02.122.0565.12EN.0001 - Instalação do Conselho Nacional de Justiça				
13	02.061.0565.09HB.0001 - Contribuição da União p/ Custeio Previdência				
14	28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial				
ITEM	ATIVIDADES DE APOIO				
01	09.272.0089.0396.0001 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões				
Nº de funcionários em atividade no exercício - Do quadro próprio:		849 (regime da Lei n 8.112/1990)			
		0 (regime do Decreto-Lei n 5.452/1943)			
Subtotal:		849			
Terciarizados:		0			
Outros (cedidos, etc.):		70			
Total:		919			

Fonte: SIAFI e Secretaria de Recursos Humanos/STF
 Edilene P. Silva Araújo Fernandes
 Chefe de Seção de Contribuintes Assistentes

Maria José Rabelo dos Santos
 Coordenadora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 EXERCÍCIO: 2005
 Quadro 29

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO P/O EXERCÍCIO (A)	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA (B)	%(B)/(A)	SALDO
						(A) - (B)
02/061	179.761.069	173.478.797	155.892.926	155.892.926	90%	17.585.871
02/122	16.281.000	15.281.000	11.555.196	11.555.196	76%	3.725.804
02/126	12.001.000	10.801.000	5.881.970	5.881.970	54%	4.919.030
02/128	800.000	880.000	773.019	773.019	88%	106.981
02/131	11.889.209	13.089.209	12.186.592	12.186.592	93%	902.617
02/301	6.356.906	11.856.906	9.911.044	9.911.044	84%	1.945.862
02/306	7.175.932	6.180.932	6.180.932	6.180.932	100%	-
02/331	396.000	211.000	211.000	211.000	100%	-
02/365	1.256.900	936.900	932.574	932.574	100%	4.326
09/272	66.487.877	72.220.834	72.220.834	72.220.834	100%	-
28/846	21.076	27.076	26.193	26.193	97%	883
TOTAL	302.426.969,00	304.963.654,00	275.772.279	275.772.279	90%	29.191.375

Fonte: SIAFI

Nota: Não foi considerada nesse demonstrativo a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente a Contribuição da União p/ Custeio da Previdência.

Edileia P. Silva Araújo Fernandes
 Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Maria José Rabêlo dos Santos
 Coordenadora de Orçamento e Finanças

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2005

Quadro 33

R\$ 1,00

ORGÃO	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
		Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	4.314	947.318	4.314	946.569	464	23.965.309	4.970.951	18.921.967
								72.390

Fonte: SIAFI

Edilson P. Silva
Chefe da Seção de Contabilidade Geral

Maria José Rabelo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 EXERCÍCIO: 2005
 Quadro 34

* DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA	
	No exercício	% da Despesa sobre a RCL
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		
DESPESA DE PESSOAL	123.343	0,0407%
Pessoal ativo	97.206	0,0321%
Pessoal Inativo e pensionistas	72.221	0,0238%
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(46.084)	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	(26)	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	(21.457)	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(24.601)	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF)	-	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	13.991	
Contribuições Patronais	13.991	
DESPESA LÍQUIDA PESSOAL	137.334	0,0453%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	303.015.775	
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL	0,045322%	
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF)	0,045322%	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,070040%	
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,073726%	

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Santa Cruz Fernandes
 Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Maria José Rabelo dos Santos
 Coordenadora de Orçamento e Finanças

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS DE VALORES
 EXERCÍCIO: 2005
 Quadro 35

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	66.091.190	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	12.462.826
Conta Única do Tesouro Nacional	34.020	Depósitos	2.589.240
Conta Limite de Saque p/ Pcto.	66.057.170	Restos a pagar Processados	9.871.198
		Do exercício	9.798.344
		De Exercícios Anteriores	72.854
		Outras Obrigações Financeiras	2.388
SUBTOTAL	66.091.190	SUBTOTAL	12.462.826
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	53.628.364
TOTAL	66.091.190	TOTAL	66.091.190
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			33.983.209
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			19.645.155

FONTE: SIAFI

Edileusa P. Sampaio Fernandes
 Chefe da Seção de Contabilidade Analítica



ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
EXERCÍCIO: 2005
Quadro 36

R\$1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	INSCRITOS			Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exerc. Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	72.854	9.798.344	33.983.209	53.628.364	-

Fonte: SIAFI

Edilene F. Silva Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Auxiliar

Maria José Rabelo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças

[Assinatura]

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 PROGRAMA 0565: PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 EXERCÍCIO: 2005
 Quadro 38

R\$ 1,00

TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira	Física	Financeira	Física
Apreciação e Julgamento de Causas no STF	154.378.645	85.000	153.570.983	105.957
Interligação Informatizada no Poder Judiciário	9.624.233	16%	5.881.970	10,6%
Comunicação e Divulgação Institucional	12.329.209	32.000	12.004.786	31.840
Capacitação de Recursos Humanos	880.000	850	773.019	1.010
Auxílio Alimentação	6.180.932	1.031	6.180.932	953
Auxílio Transporte	211.000	600	211.000	380
Assistência Pré-Escolar	936.900	280	932.574	202
Implantação do Canal de TV Internacional	340.000	99%	181.806	99%
Assistência Médica e Odontológica	11.856.906	7.343	9.911.044	7.343
Recuperação e Moder. das Instalações do STF	5.730.000	50%	5.256.209	48%
Modernização do Poder Judiciário	5.867.043	16%	5.369.999	12,8%
Instalação do Conselho Nacional de Justiça	1.251.000	1	928.988	1
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	72.220.834	485	72.220.834	487
Contribuição da União p/ Custeio Previdência	16.373.517	-	16.312.835	-
Cumprimento de Sentença Judicial	27.076	1	26.193	1
DESPESA TOTAL DO PROGRAMA	298.207.295		289.763.171	

Fonte: SIAFI

Nota: Foi considerada nesse demonstrativo a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente a Contribuição da União p/ Custeio da Previdência.

Equipe de Apoio Técnico e Administrativo
 Unidade da Seção de Contabilidade Auxiliar

Maria José Rabelo dos Santos
 Diretora de Orçamento e Finanças

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DEMONSTRATIVO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE AUTORIZAM A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
EXERCÍCIO: 2005

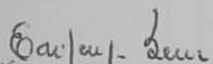
Quadro 39

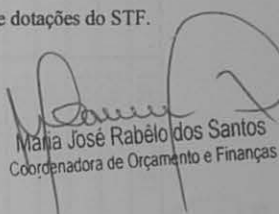
R\$ 1,00

DISPOSITIVO LEGAL	CRÉDITO ADICIONAL		
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO
Portaria 35/STF de 4/4/2005, publicada no DOU de 5/4/2005*	1.200.000		
Decreto de 21/6/2005, publicado no DOU de 22/6/2005	6.000		
Decreto de 09/08/2005, publicado no DOU de 10/08/2005	2.530.685		
Portaria 96/STF de 15/9/2005, publicada no DOU de 16/9/2005*	8.265.000		
Portaria 164/STF de 14/11/2005, publicada no DOU de 17/11/2005*	800.000		
Portaria 168/STF de 30/11/2005, publicada no DOU de 6/12/2005*	800.000		
Portaria 173/STF de 13/12/2005, publicada no DOU de 14/12/2005*	5.000		
Lei 11.219 de 21/12/2005, publicada no DOU de 21/12/2005*	11.600.000		
Lei 11.222 de 21/12/2005, publicada no DOU de 21/12/2005*	4.900.000		
TOTAL	30.106.685		

Fonte: Diário Oficial da União

* Créditos com oferecimento de recursos decorrentes de anulação parcial de dotações do STF.


Edileusa P. Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica


Maria José Rabêlo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças



ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO
EXERCÍCIO: 2005
Quadro 40

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS			DIFERENÇA ACUMULADA	CUSTEIOS E CAPITAL			DIFERENÇA ACUMULADA
	RECEBIDO NO MÊS	RECEBIDO ACUMULADO	CRONOGRAMA PUBLICADO(1)		RECEBIDO NO MÊS	RECEBIDO ACUMULADO	CRONOGRAMA PUBLICADO(1)	
COTA DIFERIDA		-		-	1.957.467	1.957.467		(1.957.467)
JANEIRO	17.485.144	17.485.144	16.500.000	(985.144)	700.000	2.657.467	11.085.670	10.385.670
FEVEREIRO	14.352.134	31.837.278	15.337.278	985.144	21.471.340	24.128.807	11.085.670	(10.385.670)
MARÇO	13.367.612	45.204.890	13.367.612	-	9.128.204	33.257.012	11.085.672	1.957.468
ABRIL	12.395.740	57.600.630	12.395.740	0	11.085.670	44.342.682	11.085.670	-
MAIO	13.360.732	70.961.362	13.360.732	(0)	9.783.374	54.126.056	9.783.374	-
JUNHO	14.102.951	85.064.313	14.102.951	0	8.484.729	62.610.785	8.484.729	0
JULHO	13.424.693	98.489.005	13.424.693	0	9.787.023	72.397.807	9.787.023	0
AGOSTO	15.864.890	114.353.895	15.864.890	-	9.865.920	82.263.727	9.865.920	-
SETEMBRO	14.392.066	128.745.961	14.388.659	(3.407)	9.865.921	92.129.648	9.865.921	0
OUTUBRO	14.385.252	143.131.213	14.388.659	3.407	10.077.893	102.207.541	10.077.893	-
NOVEMBRO	14.388.659	157.519.872	14.388.659	0	2.813.295	105.020.836	2.813.295	0
DEZEMBRO	25.880.504	183.400.376	25.988.659	108.155	8.263.365	113.284.201	8.263.364	(1)
TOTAL	183.400.376	183.400.376	183.508.532	(108.156)	113.284.201	113.284.201	113.284.201	(0)

Fonte: SIAFI

Carla Lúcia de Jesus
Líder do Grupo de Trabalho
Coordenadora de Serviços de Apoio Administrativo

Maria José Rabelo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças

Demonstrativo da Execução dos Programas

Orgão: 10.000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Exercício: 2005

Programa / Ação		Orçamento			Meta Física		
		Autorizado (A)	Executado (B)	(B/A)	Prevista (C)	Executada (D)	(D/C)
02.061.0565.6359.0001	Apreciação e Julgamento de Causas no STF	155.154.145	153.570.983	99%	85.000	105.957	125%
02.126.0565.1147.0001	Interligação Informatizada no Poder Judiciário	8.848.733	5.881.970	66%	16%	11%	66%
02.131.0565.2549.0001	Comunicação e Divulgação Institucional	12.329.209	12.004.786	97%	32.000	31.840	100%
02.128.0565.4091.0001	Capacitação de Recursos Humanos	880.000	773.019	88%	850	1.010	119%
02.306.0565.2012.0001	Auxílio Alimentação	6.180.932	6.180.932	100%	1.031	953	92%
02.331.0565.2011.0001	Auxílio Transporte	211.000	211.000	100%	600	380	63%
02.365.0565.2010.0001	Assistência Pré-Escolar	936.900	932.574	100%	280	202	72%
02.131.1032.7134.0001	Implantação do Canal de TV Internacional	340.000	181.806	53%	99%	99%	100%
02.301.0565.2004.0001	Assistência Médica e Odontológica	11.856.906	9.911.044	84%	7.343	7.343	100%
02.122.0565.11CD.0001	Recuperação e Moder. das Instalações do STF	5.730.000	5.256.209	92%	50%	48%	96%
02.122.0565.11E6.0001	Modernização do Poder Judiciário	5.867.043	5.369.999	92%	16%	13%	80%
02.122.0565.12EN.0001	Instalação do Conselho Nacional de Justiça	1.251.000	928.988	74%	1	1	100%
09.272.0089.0396.0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	72.220.834	72.220.834	100%	485	487	100%
02.061.0565.09HB.0001	Contribuição da União p/ Custeio Previdência	16.373.517	16.312.835	100%	-	-	-
28.846.0901.0005.0001	Cumprimento de Sentença Judicial	27076	26.193	97%	1	1	100%
TOTAL		298.207.295	289.763.171	97%			

Fonte: SIAFI

Nota: Foi considerada nesse demonstrativo a execução de R\$ 13.990.892,10, efetuada por meio de transferências financeiras, referente a Contribuição da União p/ Custeio da Previdência.
Não foi considerado o contingenciamento

Edilene P. Silva Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Maria José Rabelo dos Santos
Coordenadora de Orçamento e Finanças

ANÁLISE DAS SESSÕES

**Análise das Sessões
2005**

Análise do 2º Semestre de 2005				
Número de Sessões	34			
Horário médio de início das sessões	14:13			
Horário médio de duração efetiva das sessões	02:54			
Horário médio de duração dos intervalos	00:36			
Total de processos julgados	Final	Vista	Retirado	Outros
	252	49	14	6
Total de tempo das Sessões	321			
Tempo gasto com cada processo	98:40:00			
	0:19:17			

Análise do 1º Semestre de 2005				
Número de Sessões	39			
Horário médio de início das sessões	14:15			
Horário médio de duração efetiva das sessões	02:40			
Horário médio de duração dos intervalos	00:38			
Total de processos julgados	Final	Vista	Retirado	Outros
	243	57	24	4
Total de tempo das Sessões	328			
Tempo gasto com cada processo	104:15:00			
	0:20:35			

Análise do 2º Semestre de 2004				
Número de Sessões	39			
Horário médio de início das sessões	14:08			
Horário médio de duração efetiva das sessões	03:02			
Horário médio de duração dos intervalos	00:29			
Total de processos julgados	Final	Vista	Retirado	Outros
	225	55	38	9
Total de tempo das Sessões	327			
Tempo gasto com cada processo	115h, 24 min			
	00:24			

Análise do 1º Semestre de 2004				
Número de Sessões	32			
Horário médio de início das sessões	14:19			
Horário médio de duração efetiva das sessões	02:50			
Horário médio de duração dos intervalos	00:38			
Total de processos julgados	Final	Vista	Retirado	Outros
	354	55	49	15
Total de tempo das Sessões	473			
Tempo gasto com cada processo	90h, 58 min			
	00:15			

Processos relevantes julgados pelo Plenário do STF no Primeiro Semestre de 2005

	Processo	Relator	Data do Julgamento	Resumo
1	RE 438.639	Min. Carlos Britto Red. Acór.: Min. Cezar Peluso	9/3/2005	Indenização por Danos Decorrentes de Acidente do Trabalho: Competência O Tribunal fixou a competência da Justiça Comum para julgamento de questões envolvendo indenização por danos decorrentes de acidente do trabalho. Observação: Entendimento alterado no CC 7.204, julgado em 29/6/2005.
2	ADI 3.273	Min. Carlos Britto Red. Acór.: Min. Eros Grau	16/3/2005	Lei do Petróleo O Tribunal julgou inteiramente improcedente a ADI em face de diversos dispositivos da Lei do Petróleo (Lei Federal nº 9.478/97).
3	RE 418.918	Min. Ellen Gracie	30/3/2005	FGTS: Termo de Adesão e Ato Jurídico Perfeito O Tribunal deu provimento a recurso extraordinário interposto contra decisão que mantivera sentença que afastara o acordo firmado entre as partes por meio do termo de adesão a que alude a LC 110/2001 e condenara a CEF ao pagamento referente às diferenças decorrentes da aplicação dos índices expurgados das contas vinculadas de FGTS. Considerou-se caracterizada a afronta à cláusula de proteção ao ato jurídico perfeito.
4	ADI 3.035 - Liminar	Min. Gilmar Mendes	6/4/2005	Alimentos Transgênicos: Competência Legislativa O Tribunal deferiu a liminar para suspender a eficácia da Lei 14.162/2003, do Estado do Paraná, que trata sobre alimentos transgênicos.
5	ADI 3.367	Min. Cesar Peluso	13/4/2005	EC 45/2004: Conselho Nacional de Justiça O Tribunal, por maioria, julgou improcedente pedido formulado em ADI pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB contra os artigos 1º e 2º da EC 45/2004, que estabelecem normas relativas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
6	MS 25.295	Min. Joaquim Barbosa	20/4/2005	Estado de Calamidade Pública e Sistema Único de Saúde - Rio de Janeiro O Tribunal concedeu mandado de segurança impetrado contra o Decreto Presidencial 5.392/2005, que declara estado de calamidade pública do setor hospitalar do Sistema Único de Saúde - SUS no Município do Rio de Janeiro, e, dentre outras determinações, autoriza, nos termos do inciso XIII do art. 15 da Lei 8.080/90, a requisição, pelo Ministro da Saúde, dos bens, serviços e servidores afetos a hospitais daquele Município ou sob sua gestão.
7	ADPF 54 - QO	Min. Marco Aurélio	27/4/2005	ADPF. Anencefalia. Conhecimento O Tribunal entendeu admissível a arguição de descumprimento de preceito fundamental e, ao mesmo tempo, determinou o retorno dos autos ao relator para examinar se é caso ou não da

	Processo	Relator	Data do Julgamento	Resumo
				aplicação do artigo 6º, § 1º da Lei nº 9.882/1999.
8	ADI 3.472 - Liminar	Min. Sepúlveda Pertence	28/4/2005	Conselho Nacional do Ministério Público: EC 45/2004 e Vício Formal O Tribunal concedeu a liminar para suspender a eficácia de expressões de dispositivo da EC nº 45/2004, relativo ao Conselho Nacional do Ministério Público por plausibilidade de inobservância do processo legislativo previsto no § 2º do art. 60 da Constituição da República.
9	ADI 3.289 ADI 3.290	Min. Gilmar Mendes	5/5/2005	Medida Provisória. Presidente do BACEN. Transformação de Cargo. Ministro de Estado O Tribunal julgou improcedentes pedidos formulados em ADI's contra a Medida Provisória 207/2004, convertida na Lei 11.036/2004, que transforma o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN em cargo de Ministro de Estado.
10	MS 24.831 MS 24.845 MS 24.846 MS 24.847 MS 24.848 MS 24.849	Min. Celso de Mello	22/6/2005	CPI dos Bingos O Tribunal decidiu que o presidente do Senado Federal deve designar os nomes dos senadores que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos em observância ao direito das minorias à oposição, "consequência natural do postulado democrático".
11	CC 7.204	Min. Carlos Britto	29/6/2005	Indenização por Danos Decorrentes de Acidente do Trabalho. EC 45/2004. Competência O Tribunal definiu a competência da justiça trabalhista, a partir da EC 45/2004, para julgar ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho.

Processos relevantes julgados pelo Plenário do STF no Segundo Semestre de 2005

Processo	Relator	Data do Julgamento	Resumo
1 HC 85.185	Min. Cezar Peluso	10/8/2005	Enunciado 691 da Súmula. Cancelamento. Rejeição. O Tribunal rejeitou a proposta do Relator de cancelamento do Enunciado 691 da Súmula do STF.
2 RE 416.601	Min. Carlos Velloso	10/8/2005	Lei 10.165/2004. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. Constitucionalidade. O Tribunal declarou a constitucionalidade da Lei 10.165/2004, que instituiu a taxa de controle de fiscalização ambiental – TCFA.
3 ADI 3.345	Min. Celso de Mello	25/8/2005	Resolução do TSE. Fixação do número de vereadores. O Tribunal julgou improcedente os pedidos de declaração de inconstitucionalidade em face da Resolução 21.702/2004, do TSE, que estabeleceu instruções sobre o número de Vereadores.
4 AC 231 AC 268	Min. Marco Aurélio	31/8/2005	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Receita líquida real. Amortização da dívida pública estadual junto à União. O Tribunal referendou as limitares concedidas nas ações cautelares.
5 RE 206.069	Min. Ellen Gracie	1º/9/2005	ICMS. “Leasing” Internacional. O Tribunal entendeu que incide ICMS sobre a entrada de mercadoria importada independentemente da natureza do contrato internacional que motive a importação.
6 RE 141.190	Min. Ilmar Galvão	14/9/2005	Tablita. Plano Bresser O Tribunal conheceu do recurso e negou-lhe provimento.
7 ADI 2.797	Min. Sepúlveda Pertence	15/9/2005	Improbidade Administrativa. Prerrogativa de Foro. O Tribunal julgou procedente a ação, nos termos do voto do relator, para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 10.628, de 24 de dezembro de 2002, que acresceu os §§ 1º e 2º ao artigo 84 do Código de Processo Penal.
8 Re 416.827 - QO	Min. Gilmar Mendes	21/9/2005	Amicus curiae. Controle de constitucionalidade incidental. Revisão de benefício previdenciário. Pensão por morte. O Tribunal, considerando a relevância da matéria, e, apontando a objetividade do processo constitucional também em sede de controle incidental, especialmente a realizada pela Lei 10.59/2001 (arts. 14, §7º, e 15), resolveu questão de ordem no sentido de admitir a sustentação oral da Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP e da União dos Ferroviários do Brasil.
9 MS 25.579 - MC	Min. Sepúlveda Pertence Relator para o acórdão: Min.	19/10/2005	Parlamentar investido em cargo de Ministro de Estado. Submissão dos atos à Câmara dos Deputados por decoro parlamentar.

Processo	Relator	Data do Julgamento	Resumo
	Joaquim Barbosa		O Tribunal indeferiu a medida liminar, entendendo que no caso o Parlamentar, investido no cargo de Ministro de Estado, se sujeita a processo disciplinar perante sua respectiva Casa legislativa.
10	Min. Carlos Velloso	20/10/2005	Flagrante ilegalidade. Súmula 691 – STF. O Tribunal concedeu liminar em HC impetrado contra decisão do Ministro do STJ que denegara pedido de liminar formulado em outro writ, no qual pretendia a revogação do decreto de prisão preventiva expedida contra o denunciado.
11	Min. Sepúlveda Pertence	3/11/2005	Competência da Corte. MS. Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Lista tríplice. Desembargador de TJ. O Tribunal resolveu questão de ordem e assentou sua competência para julgar mandado de segurança impetrado pela Ordem dos Advogados do Brasil contra ato do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em que se pretende a anulação de lista tríplice para provimento de cargos de desembargador.
12	Min. Marco Aurélio Min. Ilmar Galvão	9/11/2005	PIS e COFINS. Conceito de Faturamento. O Tribunal deu provimento ao recurso para declarar a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.
13	Min. Carlos Velloso	10/11/2005	TCU: Tomada de Contas Especial e Sociedade de Economia Mista. O Tribunal entendeu que o TCU, por força do art. 71, II, da CF, tem competência para proceder à tomada de contas especial de administradoras e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos ou exploradoras de atividade econômica.
14	Min. Carlos Britto	30/11/2005	Processo Disciplinar. Devido Processo Legal. O Tribunal concedeu a liminar para determinar a supressão dos autos do processo, junto à Câmara dos Deputados, do depoimento da testemunha de acusação ouvida depois das testemunhas de defesa, bem como de todas as referências a ele contidas no relatório, ou parecer, a ser submetido do Plenário da Câmara dos Deputados.
15	Min. Gilmar Mendes	7/12/2005	ADPF. Vinculação ao Salário-Mínimo. O Tribunal julgou procedente a ADPF e entendeu que a norma é incompatível com a CF/88, uma vez que utiliza o salário mínimo como fator de reajuste automático de remuneração dos servidores.
16	Min. Eros Grau	7/12/2005	ADPF. Vinculação ao Salário-Mínimo. O Tribunal deferiu a medida liminar para suspender o tramite dos feitos em curso e dos efeitos das decisões judiciais não transitadas em julgado que versem sobre a norma impugnada, que estabelece que a Tabela Especial de Vencimentos e Salários deve ser constituída por três níveis salariais correspondentes a múltiplos de salário-mínimo.

Processos relevantes que tiveram pedido de vista no Plenário do STF no Primeiro Semestre de 2005

Processo	Relator	Min. que pediu vista e data	Resumo
1 MS 24.584	Min. Marco Aurélio	Min. Cezar Peluso 16/2/2005	Responsabilidade solidária de assessoria jurídica por parecer opinativo.
2 RE 398.041	Min. Joaquim Barbosa	Min. Gilmar Mendes 3/3/2005	Crime de redução a condição análoga a escravo e competência.
3 ADI 2.615	Min. Eros Grau	Min. Carlos Britto 3/3/2005	Telefonia fixa. Assinatura básica. Competência legislativa.
4 ADI 3.026	Min. Eros Grau	Min. Gilmar Mendes 23/2/2005	OAB. Lei 8.906/94, art. 79, caput e §1º. Regime trabalhista.
5 ADI 3.090 ADI 3.100 RE 389.893 RE 233.582 RE 267.140 RE 234.798 RE 234.277	Min. Gilmar Mendes	Min. Ellen Gracie 30/3/2005	Medida Provisória 144/2003. Setor Elétrico
6	Min. Marco Aurélio	Min. Sepúlveda Pertence 11/5/2005	Processo Fiscal. Utilização Simultânea das vias administrativas e judiciais.
7 ADPF 46	Min. Marco Aurélio	Min. Joaquim Barbosa 16/6/2005	Monopólio de atividades postais.
8 RE 346.084	Min. Ilmar Galvão	Min. Eros Grau 19/5/2005	PIS. COFINS. Conceito de faturamento.
9 HC 85.591	Min. Sepúlveda Pertence	Min. Ellen Gracie 25/5/2005	Execução provisória da pena e princípio da presunção da não-culpabilidade.
10 ADI 1.194	Min. Maurício Corrêa	Min. Joaquim Barbosa 22/6/2005	OAB. Lei 8.906/94. Honorários de sucumbência.

Processos relevantes que tiveram pedido de vista no Plenário do STF no Segundo Semestre de 2005

Processo	Relator	Min. que pediu vista e data	Resumo
1 Inq 2.116	Min. Marco Aurélio	Min. Joaquim Barbosa 01.08.2005	Gravação em fita magnética. Origem desconhecida. Teoria dos frutos da árvore envenenada.
2 ADI 2.675 ADI 2.777	Min. Carlos Velloso Min. Cezar Peluso	O Min. Cezar Peluso indicou adiamento. 17.08.2005	Substituição Tributária.
3 AI 460.439 (AgRg)	Min. Carlos Velloso	Min. Eros Grau 18.08.2005	Ação Rescisória. FGTS. Súmula 343. Matéria Constitucional.
4 RE 416.827	Min. Gilmar Mendes	Min. Eros Grau 21.09.2005	Revisão de benefício previdenciário. Pensão por morte. Legislação aplicável.
5 RE 379.154	Min. Carlos Velloso	Min. Gilmar Mendes 21.09.2005	PASEP. Contribuição de pessoa jurídica controlada pelo Poder Público.
6 ADI 3.522	Min. Marco Aurélio	Adiado para colher os votos de 3 Min.	Serviços Notariais e de Registro. Concurso Público e Princípio da Isonomia. Efeito <i>ex nunc</i> .
7 ADI 3.356	Min. Eros Grau	Min. Joaquim Barbosa 26.10.2005	Materiais de Amianto: Proibição e Competência Legislativa.
8 Rcl 2.138	Min. Nelson Jobim	Min. Joaquim Barbosa 14.11.2005	Competência do STF. Improbidade administrativa. Agente político.
9 RE 193.579	Min. Carlos Velloso	Min. Gilmar Mendes 16.11.2005	Sindicato e Substituição Processual
10 ADPF 46	Min. Marco Aurélio	Min. Ellen Gracie 17.11.2005	Monopólio das Atividades Postais
11 RE 363.852	Min. Marco Aurélio	Min. Eros Grau 17.11.2005	Contribuição Social. FUNRURAL. Receita bruta. Faturamento.
12 AI 476.260 AI 507.874	Min. Carlos Britto	Min. Ellen Gracie 17.11.2005	Protocolo integrado. Instância extraordinária. Tempestividade.
13 ACO 724	Min. Carlos Velloso	Min. Carlos Britto 17.11.2005	Fundo de Participação dos Estados – FPE. Critérios de repartição. CSSL e COFINS. Desvinculação de 20% das receitas.
14 HC 85.894	Min. Gilmar Mendes	Min. Carlos Britto 30.11.2005	Crime Hediondo e Substituição de Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos
15 HC 85.240	Min. Carlos Britto	Min. Gilmar Mendes	Porte ilegal de arma e ausência de munição.

	Processo	Relator	Min. que pediu vista e data	Resumo
			30.11.2005	
16	RE 199.147	Min. Nelson Jobim	Min. Gilmar Mendes 15.12.2005	ICMS. Crédito. Transferência de mercadoria entre estabelecimentos. Aproveitamento do crédito por outro estabelecimento.
17	ADI 2.316	Min. Sydney Sanches	Min. Nelson Jobim 15.12.2005	Instituições financeiras. Juros. Capitalização inferior a um ano.

Secretaria das Sessões
Análise das Sessões
(dados até 15/12/2005)

	Nº Processos no Índice do Plenário no início do Semestre	Processos que entraram no Índice do Plenário	Processos que saíram do Índice do Plenário	Nº de Processos no Índice no final do Semestre	Nº de Sessões realizadas	Observações	Atividades do Plenário			
							Final	Vista	Retirado	Outros
2º Semestre 2005	532	313	266	579	34	O Índice do 2º Semestre de 2005 terminou com 47 processos a mais	252	49	14	6
1º Semestre 2005	363	436	267	532	39	O Índice do 1º Semestre de 2005 terminou com 169 processos a mais	243	57	24	4
2º Semestre 2004	377	249	263	363	39	O Índice do 2º Semestre de 2004 terminou com 14 processos a menos	225	55	38	9
1º Semestre 2004	459	321	403	377	32	O Índice do 1º Semestre de 2004 terminou com 82 processos a menos	354	55	49	15

	Horário Médio de Início das Sessões	Média de duração efetiva das Sessões	Média de duração dos intervalos	Média do tempo gastos com cada processo
2º Semestre 2005	14:13	02:54	00:36	00:19
1º Semestre 2005	14:15	02:40	00:38	00:20
2º Semestre 2004	14:08	03:02	00:29	00:24
1º Semestre 2004	14:19	02:50	00:38	00:15

44 TEMAS

Item	Tema	Processo	Relator	Em Pauta	Vista	LIBERADO/ NÃO LIBERADO	Votos faltantes	Impacto	
1	3	Contribuição Social. COFINS. PIS. Alteração da Base de Cálculo. Lei nº 9.718/98.	IG	Sim		JULGADO	0	4.753	9,08%
2	29	Previdenciário. Pensão por Morte. Benefício integral. Revisão. Lei nº 8.213/91. Lei nº 9.032/95. Retroatividade.	GM	Sim		NÃO LIBERADO	10	3.144	6,01%
3	25	IPTU. Alíquota Progressiva. EC nº 29/00.	MA	Sim		LIBERADO	11	2.130	4,07%
4	28	Militar. Vecimento. Reajuste. 28,86%. Isonomia.	SP	Não		JULGADO	0	2.038	3,89%
5	33	Previdência Social. Contribuição. Servidor Público Inativo. MP nº 1.415/96.	GM	Não		NÃO LIBERADO	11	1.157	2,21%
6	6	Instituições Financeiras. Código de Defesa do Consumidor. Aplicação. Ação Civil Pública. Legitimidade ativa. Execução de Título Judicial. Abrangência.	CV	Sim		NÃO LIBERADO	9	928	1,77%
7	5	Processo Civil. Execução Contra a Fazenda Pública. Precatório Complementar. Art. 336, V, do RITJ/SP. Citação. Art. 730 do CPC.	CV	Sim		JULGADO	0	900	1,72%
8	18	Penal. Crimes Hediondos. Progressão de Regime. Lei nº 8.072/90.	MA	Sim		LIBERADO	5	862	1,65%
9	11	Processo Administrativo. Recurso. Depósito Prévio.	MA	Sim		NÃO LIBERADO	10	860	1,64%
10	24	Honorários Advocatícios. Ações de FGTS.	CP	Não		NÃO LIBERADO	11	831	1,59%
11	10	Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Base de Cálculo. Compensação de Prejuízos. Lei nº 8.981/95.	MA	Sim		LIBERADO	5	767	1,47%
12	9	IPI. Alíquota Zero e Isenção. Crédito. Compensação.	IG	Sim		LIBERADO	5	763	1,46%

Atualizada em 12/12/2005.

13	2	Ação Rescisória. Cabimento. Súmula 343.	AI 460.439 - AgRg	CV	Sim		LIBERADO	6	729	1,39%	37,95%
14	17	Processo Civil. Prisão Civil. Depositário Infel. Alienação Fiduciária em Garantia.	RE 349.703	IG	Sim		NÃO LIBERADO	8	715	1,37%	39,32%
15	43	Contribuição Social. Crédito. Compensação. Administradores e Autônomos. Lei nº 7.787/89.			Não		NÃO LIBERADO	11	647	1,24%	40,55%
16	14	Sindicato. Substituição Processual.	RE 210.029	CV	Sim	Gilmar Mendes	NÃO LIBERADO	4	583	1,11%	41,67%
17	1	ICMS. Recolhimento Antecipado. Substituição Tributária.	ADI 2.777	CP	Sim		LIBERADO	9	502	0,96%	42,63%
18	7	Instituições Financeiras. Aplicação. Prazo pré-fixado. Deflação. Correção monetária. (Tabela)	RE 141.190	IG	Sim		JULGADO	0	436	0,83%	43,46%
19	4	Contribuição Social. COFINS. PIS. Alteração da Base de Cálculo. Lei nº 9.718/98.	RE 240.785	MA	Sim		NÃO LIBERADO	10	388	0,74%	44,20%
20	42	Contribuição social. LC nº 110/01. FGTS.	ADI 2.556	JB	Não		NÃO LIBERADO	11	264	0,50%	44,71%
21	40	Servidor Público. DF. Realuste. 84,32%. IPC março/90.			Não		NÃO LIBERADO	11	261	0,50%	45,20%
22	38	Contribuição Social. Recolhimento Antecipado. Lei nº 8.212/91. Lei nº 9.711/98.	RE 393.946	CV	Não		JULGADO	0	211	0,40%	45,61%
23	8	ICMS. GATT. Pescados. Importação. Isenção de Similar Nacional. § 11 do art. 23 da CF/67.	RE 229.096	IG	Sim		NÃO LIBERADO	10	186	0,36%	45,96%
24	23	Contrato de Trabalho. Extinção. Aposentadoria.	ADI 1.721	OB	Não		NÃO LIBERADO	11	184	0,35%	46,31%
25	45	Responsabilidade subsidiária. INSS.	AI 475.651	GM	Não		NÃO LIBERADO	11	153	0,29%	46,61%

26	30	Previdência Social. Contribuição. Aposentado. Retorno à atividade. Planos de benefícios do RGPS. Lei nº 8.112/91, art. 18, § 2º. Lei nº 9.032/95. Violação do art. 201, § 4º (ou § 11) da CF/88.	RE 364.083	GM	Não		NÃO LIBERADO	11	151	0,29%	46,90%
27	20	Processo Penal. Competência. Crime de responsabilidade. Prerrogativa de função. Art. 84, § 1º do CPP. Lei nº 10.628/02.	ADI 2.797	SP	Sim		JULGADO	0	132	0,25%	47,15%
28	31	Direito do Trabalho. Tempo de Serviço. Tempo Especial. Conversão.			Não		NÃO LIBERADO	11	121	0,23%	47,38%
29	44	Previdência Social. Benefício. 39,69%. Salário Contribuição. Correção. Março/94.			Não		NÃO LIBERADO	11	112	0,21%	47,59%
30	36	Imposto de Renda de Pessoa Física. Cálculo. Tabela Progressiva. Correção Monetária. Lei nº 9.250/95.			Não		NÃO LIBERADO	11	71	0,14%	47,73%
31	15	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.	RE 416.601	CV	Sim		JULGADO	0	68	0,13%	47,86%
32	19	Servidor Público. Gratificação. Base de Cálculo. Salário Mínimo.			Não		NÃO LIBERADO	11	64	0,12%	47,98%
33	16	FGTS. Correção Monetária. Termo de Adesão. LC nº 110/01. Turma Recursal do Rio de Janeiro.	RE 418.918	EG	Sim		JULGADO	0	51	0,10%	48,08%
34	37	Contrato. Arrendamento Mercantil. Leasing. Correção Cambial. Teoria da Imprevisão. Código de Defesa do Consumidor.			Não		NÃO LIBERADO	11	48	0,09%	48,17%
35	41	Pensão. Menor designado. Lei nº 9.032/95.	AI 481.936	GM	Não		NÃO LIBERADO	11	33	0,06%	48,23%

36	13	Contrato. Locação não Residencial. Plano Real. Incidência. MP nº 542/94. Lei nº 9.069/95.	RE 211.304	MA	Sim		NÃO LIBERADO	10	26	0,05%	48,28%
37	21	ICMS. Incidência. Leasing. Importação.	RE 206.069	EG	Sim		JULGADO	0	25	0,05%	48,33%
38	34	Contrato. Plano de Saúde. Mensalidade. Reajuste. Mudança de Faixa Etária. Lei nº 9.656/98. MP nº 1.730/98.	ADI 1.931	MA	Não		NÃO LIBERADO	11	21	0,04%	48,37%
39	39	Processo Penal. Extinção da punibilidade. Parcelamento do débito tributário.	ADI 3.002	CM	Não		NÃO LIBERADO	11	21	0,04%	48,41%
40	12	Recurso Extraordinário fundado na alínea "b" do inciso III do art. 102 da CF/88. Junta do precedente do Plenário da Casa que declarou a inconstitucionalidade. Necessidade.	RE 196.752 Agr	SP	Sim		LIBERADO	10		0,00%	48,41%
41	26	Recurso Extraordinário. Cabimento. Protocolo Integrado.	AI 476.260 - Agr	CB	Sim		NÃO LIBERADO	10		0,00%	48,41%
42	27	Cabimento de Embargos de Divergência de Acórdão Proferido em Agravo Regimental.	RE 285.093 Agr-EDV-ED Agr	EG	Sim	Cezar Peluso	NÃO LIBERADO	4		0,00%	48,41%
43	32	Previdenciário. Pensão. Viúvo.	RE 385.397 Agr	SP	Sim		LIBERADO	11		0,00%	48,41%
44	24	Honorários Advocatícios. Ações de FGTS.	ADI 2736-CP	CP	Não		NÃO LIBERADO	11	27.000	51,59%	100,00%
									52.336		

ACOMPANHAMENTO DAS METAS

ACOMPANHAMENTO DAS **METAS**

Plano de Trabalho
Biênio 2004/2006

Março de 2006

META 1

Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

- Realização de ajustes na organização administrativa da atividade judiciária

100%

Ago/2005
Previsto

Ações concluídas

- Implementação da Estrutura em 01.07.2004

METAS 2 e 3

Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

◆ Reestruturação da Secretaria do Tribunal



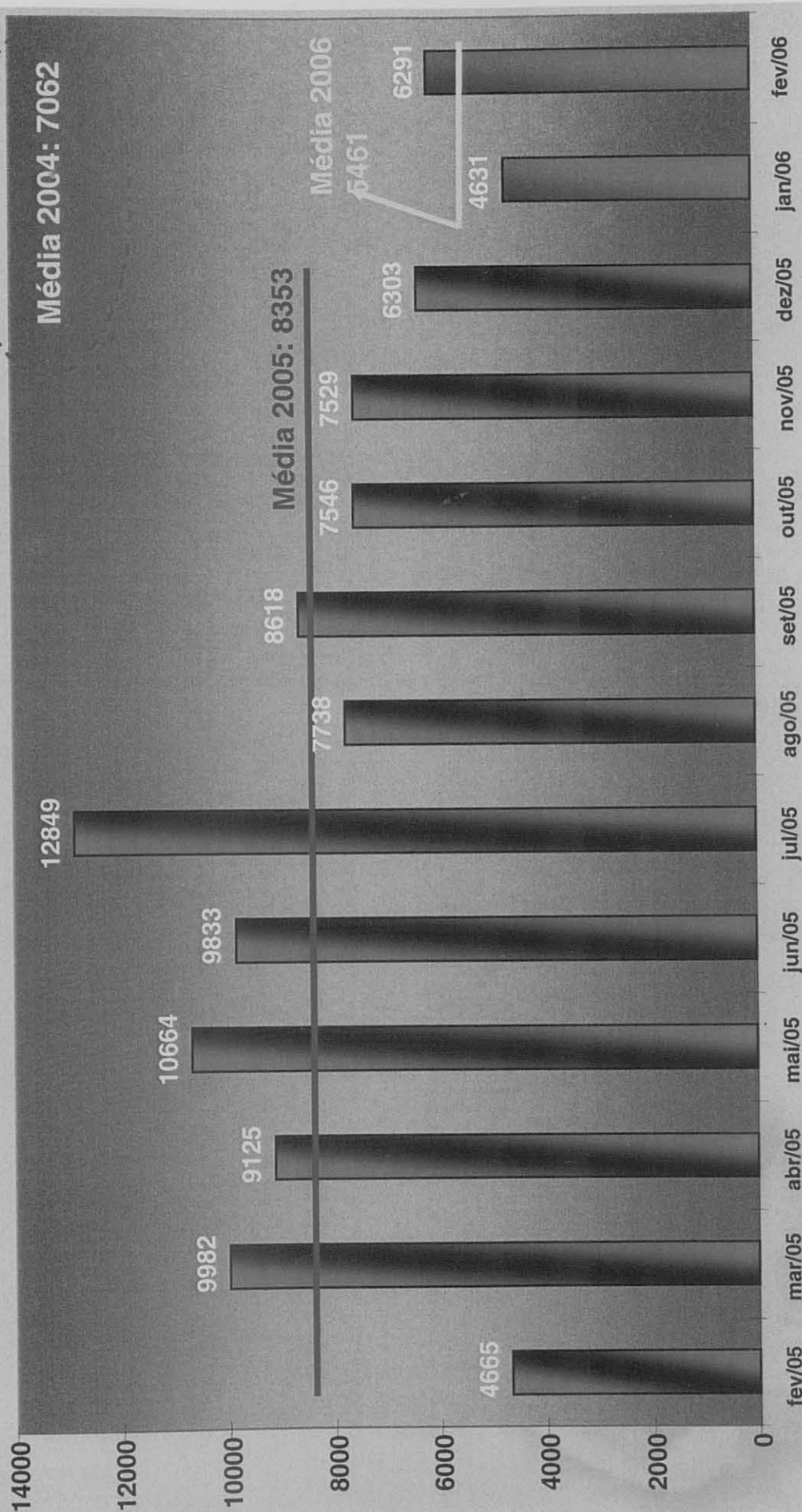
Ações concluídas

- ◆ Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho
- ◆ Redesenho da estrutura orgânica, dimensionamento dos quadros de pessoal e adequação do espaço físico

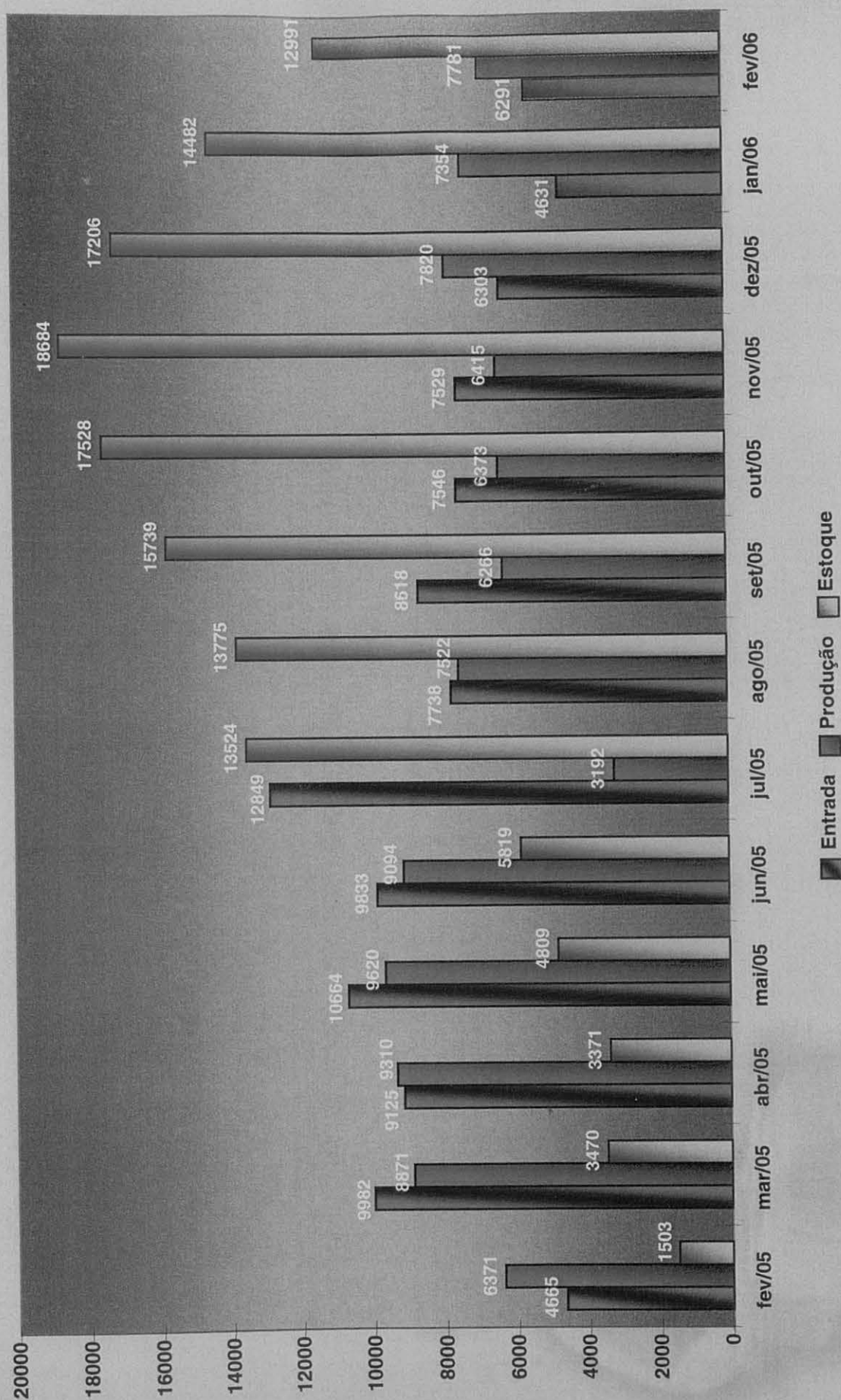
Ações em andamento

- ◆ Acompanhamento da implementação dos processos nas áreas: Judiciária, Tecnologia da Informação, Administração, Documentação, Saúde e Gestão de Pessoas

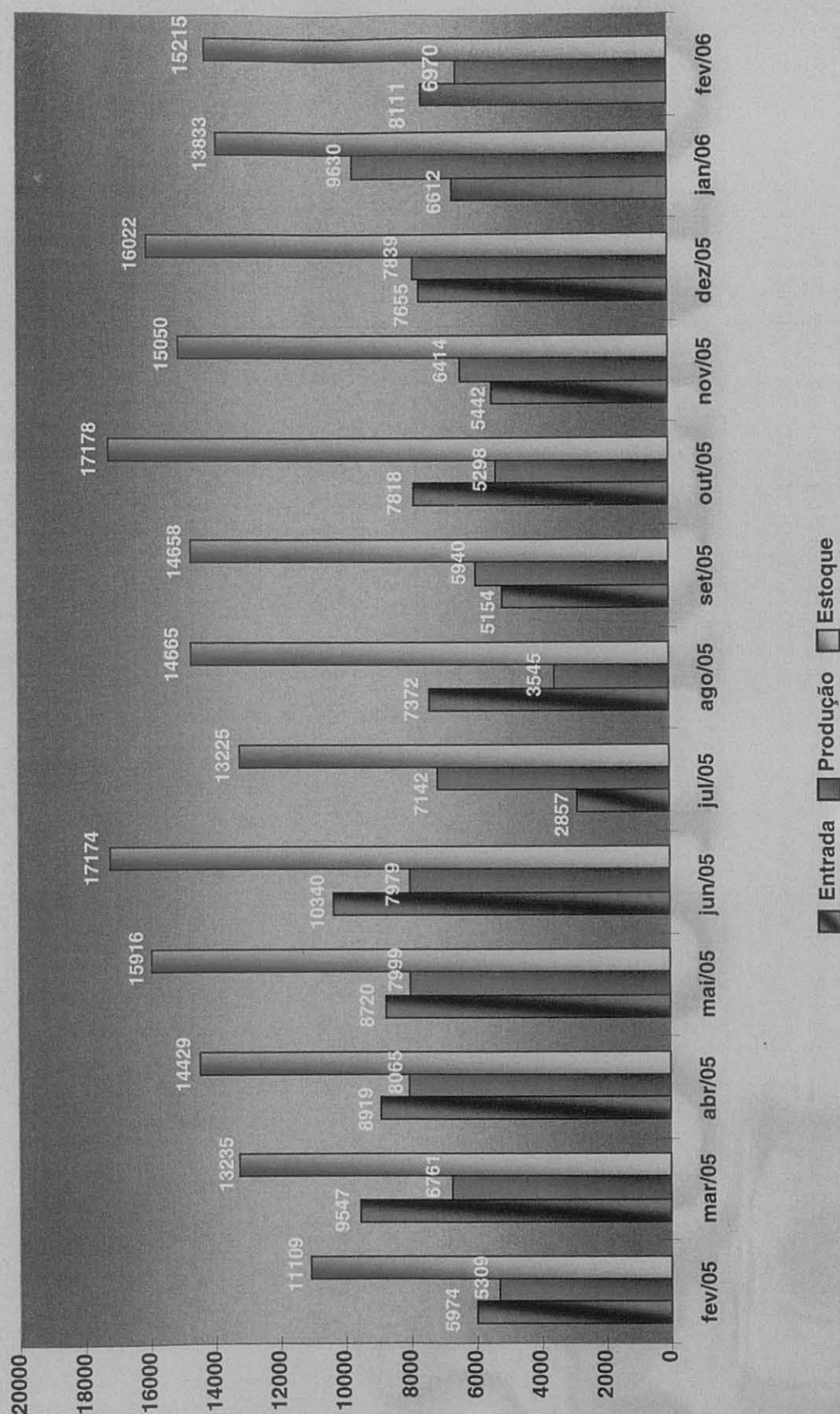
Entrada de processos no Supremo Fev/2005 a Fev/2006



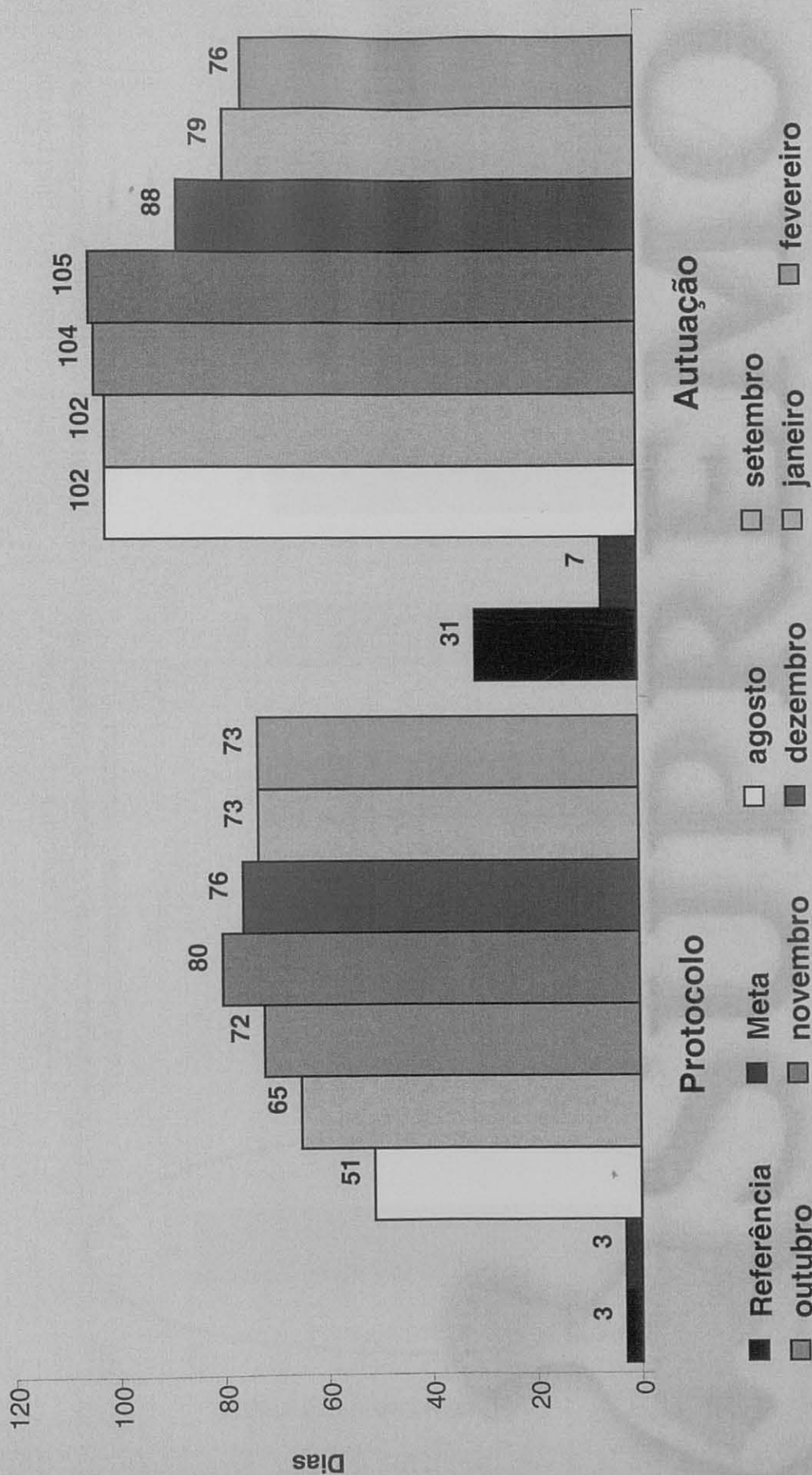
Estatística da Seção de Protocolo de Processos Fev/2005 a Fev/2006



Estatística da Seções de Autuação Fev/2005 a Fev/2006

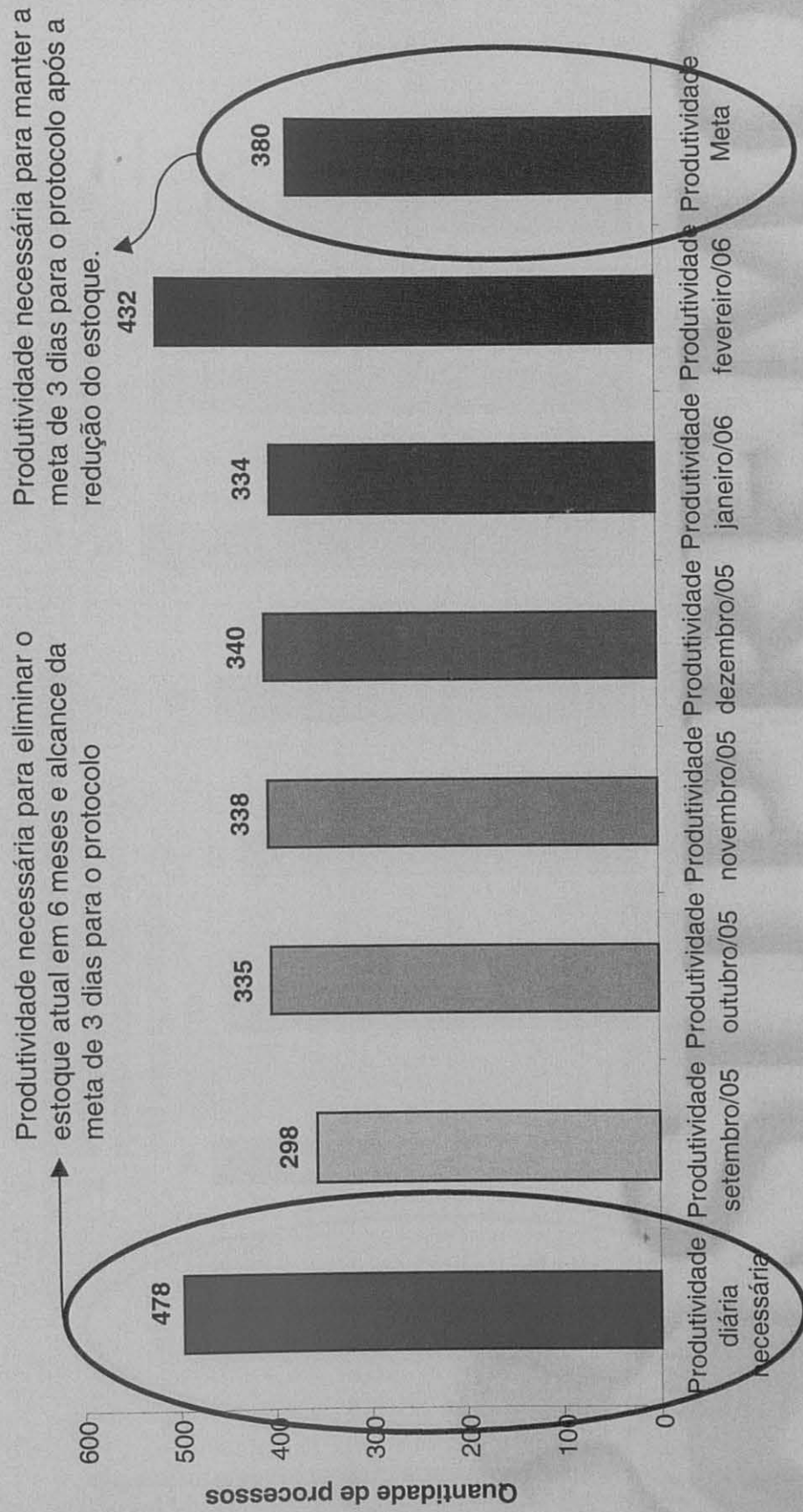


Tempo Médio de Protocolo e Autuação



Os tempo médios de Protocolo e Autuação permanecem muito superiores aos previstos na metas. Contudo, notou-se redução nos meses de dezembro de 2005, janeiro e fevereiro de 2006. Prováveis motivos: horas-extras (20 a 31/12) e diminuição da entrada de processos (Jan:4.631, Fev:6291)

Produtividade Diária - Protocolo

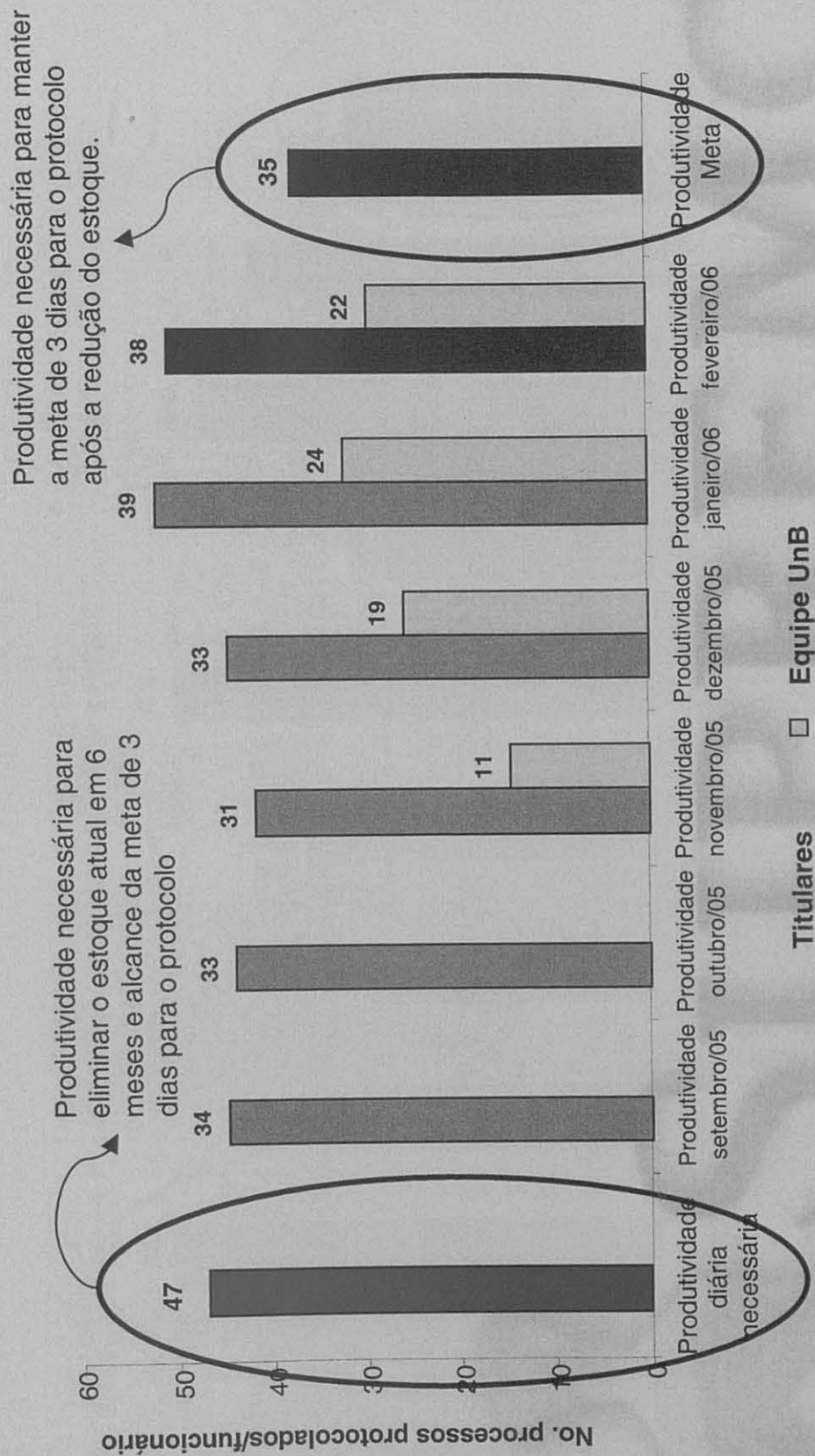


Com a equipe atualmente disponível, para se atingir a produtividade necessária de 478 processos/dia na Seção de Protocolo de Processos é preciso:

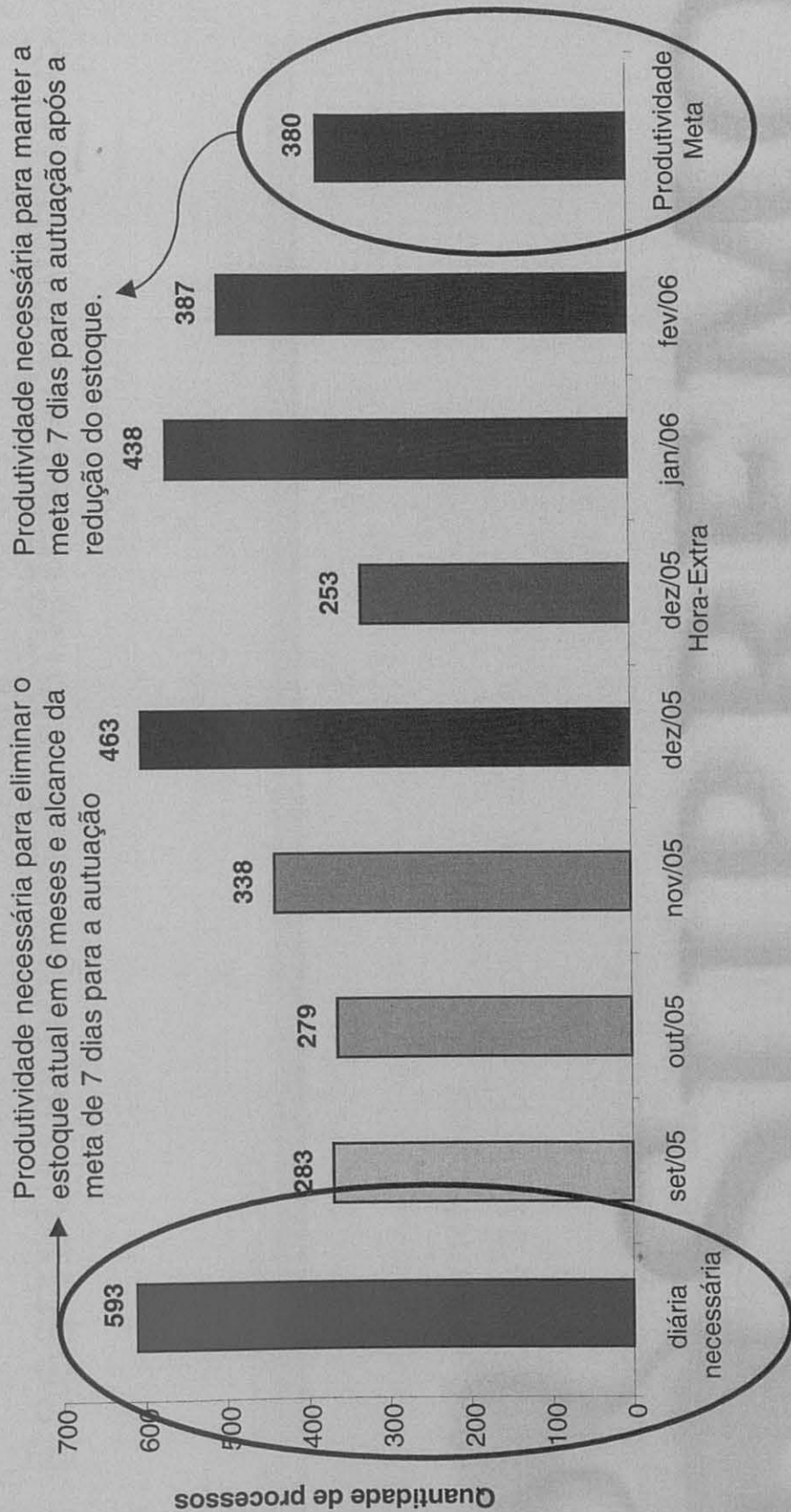
8 pessoas registrando 40 processos + 10 estagiários registrando 16 processos

Produtividade por Pessoa

Produtividade Diária - Protocolo



Produtividade Diária Autuação



Com a equipe atual, para a Autuação atingir a produtividade de 593 processos/dia é necessário:

25 servidores atuando 24 processos

METAS 2 e 3 - Ampliação

Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

► Reestruturação dos Gabinetes dos Ministros

15%

Mar/2006
Previsto

Ações concluídas

- Projeto Básico para nova contratação

Ações em andamento

- Concepção do Modelo Referencial de Gestão para gabinetes de Ministros
- Identificação de oportunidades de melhorias nos processos do Supremo
- Apoio à redução do prazo médio de julgamento

META 4

Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

➤ Implementação de Programa de Valorização e Requalificação do Servidor



Ações concluídas

- Redesenho dos processos de avaliação de desempenho e de capacitação
- Levantamento de competências para identificação de conhecimentos, habilidades e comportamentos na formação dos servidores
- Utilização do levantamento de competências nos programas de capacitação e avaliação de desempenho

Ações em andamento

- Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas

Avaliação de Desempenho



Capacitação



META 4 - Ampliação

Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

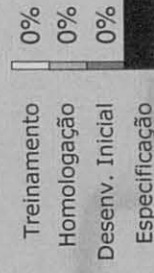
➤ Implementação de Módulo Gerencial

5%

Mar/2006
previsto

Ações em andamento

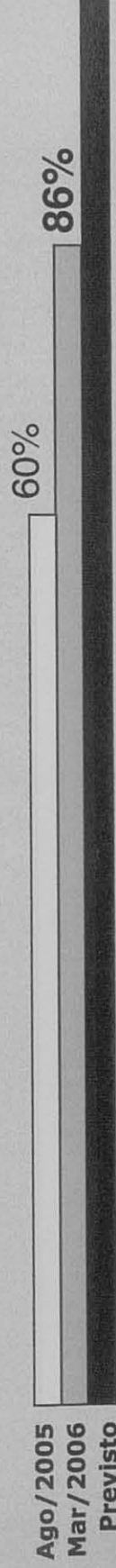
- Criação de Módulo de Gerenciamento das informações levantadas



META 5

Gestor: Secretário de Tecnologia da Informação

➤ Revisão dos Sistemas Informatizados do Tribunal



Ações concluídas

- Sistema de Gestão de Recursos Humanos;
- Geração de Acórdãos em formato PDF;
- Contracheque para ativos, inativos e pensionistas na Intranet e Internet;
- Chancela Eletrônica;
- MAP – Inserção dos campos Legislação, OAB, CPF e CNPJ, alteração na tabela de assuntos, bloqueio das partes racionalizadas;
- Sistema para sobrestamento de processos não julgados no STJ;
- Sistema de acompanhamento processual e site Internet para o CNJ;
- Sistema de Postos de Trabalho.

META 5 - continuação

➤ Revisão dos Sistemas Informatizados do Tribunal



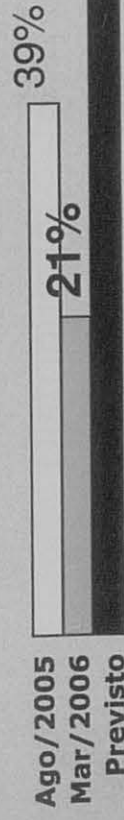
Ações em andamento

- Rotina para padronização de Acórdãos e envio à Imprensa Nacional;
- Sistema de Avaliação Funcional;
- Sistema de Biblioteca Digital;
- Sistema Integrado de Gestão de Atendimento (1ª versão: abril/2006);
- Implementação do Malote Digital;
- Sistema de Controle de Custos;
- Módulo Informatizado para Gestão de Pessoas; } Fábrica de Software
- Sistema de Capacitação de Servidores; e }
- Sistema Integrado da Atividade Judiciária / SIAJ

META 5 – SIAJ

Gestor: Secretário de Tecnologia da Informação

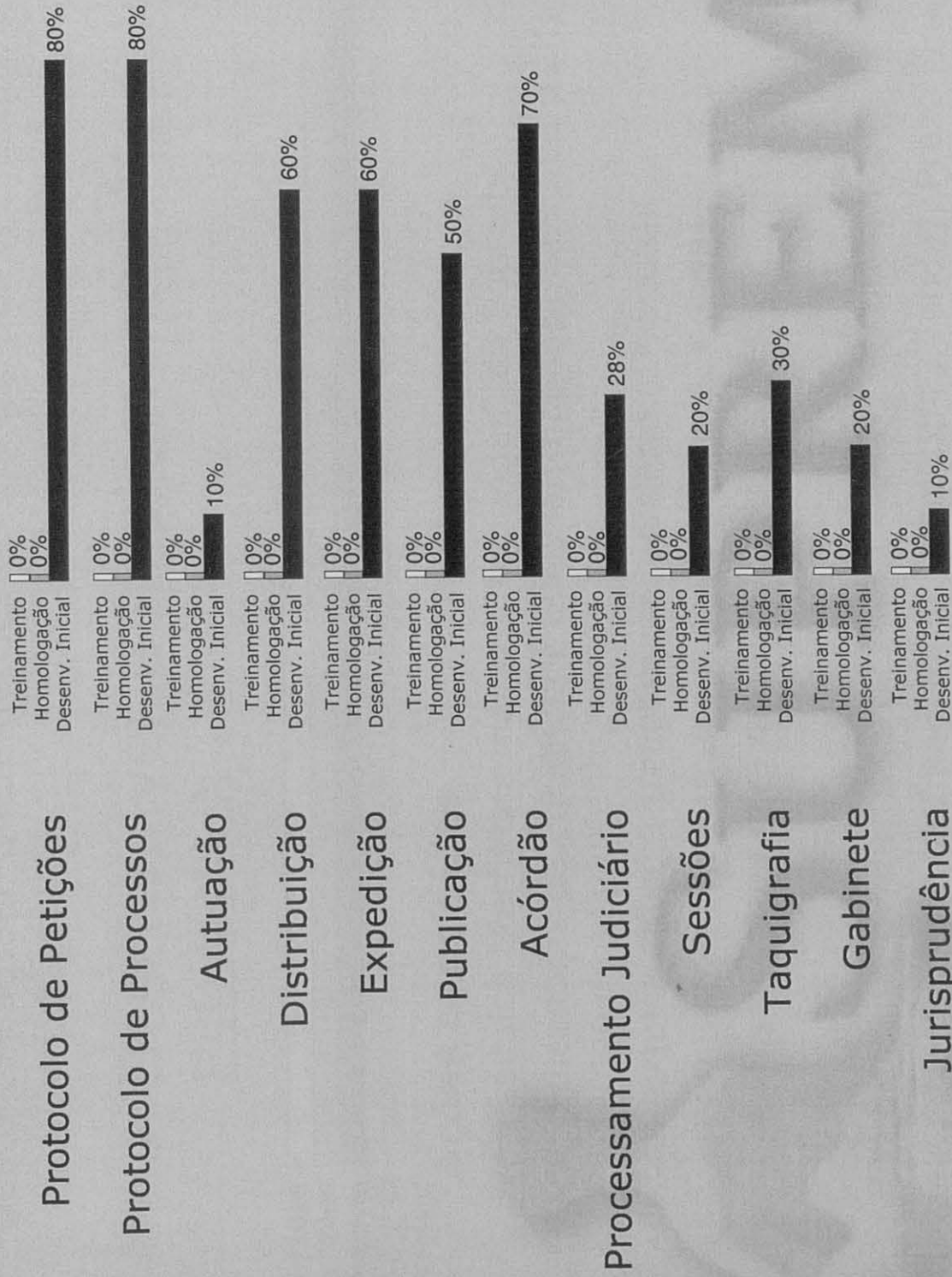
➔ Sistema Integrado da Atividade Judiciária



Ações em andamento

- ➔ Desenvolvimento dos módulos
- ➔ Homologação dos módulos pelas áreas
- ➔ Treinamento dos módulos aos usuários

SIAJ – Homologação dos Módulos (MS Project)

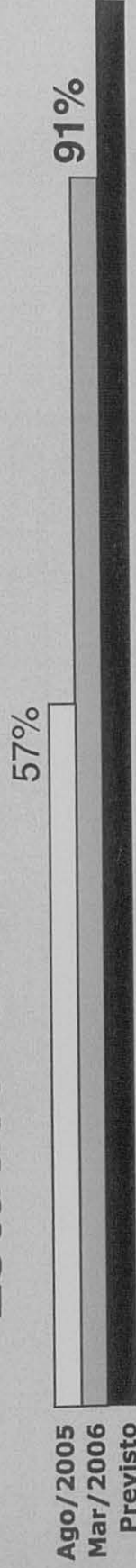


Implantação – PRAZO prorrogado até 30/06/2006 – FINAL: 01/01/2007

META 6

Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

➔ Desenvolver e Implementar Modelo de Estatística



Ações concluídas

- ➔ Pesquisa "Perfil das maiores demandas" do Supremo
- ➔ Indicadores de Eficiência e Eficácia (monitoramento da pauta pró-ativa, tempo de julgamento, etc.)
- ➔ Pesquisa sobre a Imagem do Judiciário (1ª onda)
- ➔ Pesquisa sobre a Imagem do Judiciário (2ª onda)
- ➔ Análise comparativa da pesquisa UnB x AMB

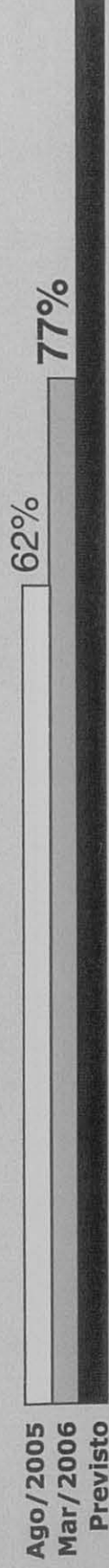
Ações em andamento

- ➔ Pesquisa sobre a Imagem do Judiciário (3ª onda), Prazo Final: 20/03/06

META 7

Gestor: Secretário das Sessões

➔ Implantação de Controle dos Assuntos em Tramitação



Ações concluídas

- ➔ Criação das Pautas Temáticas
- ➔ Planejamento das Sessões
- ➔ Inserção do Calendário e das Pautas Temáticas na Internet
- ➔ Estatística das Sessões

Ações em andamento

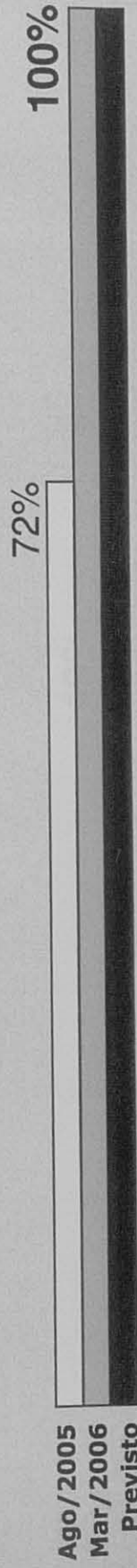
- ➔ Reestruturação dos assuntos
- ➔ Desenvolvimento de ferramenta de diagnóstico de incidência
 - Pauta proativa

[VER DETALHE](#)

META 8

Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

➤ Aperfeiçoamento do BNDPJ



Ações concluídas

- Elaboração do sistema de captação de dados do Judiciário, via Web
- Proposta de Sistema Integrado do BNDPJ (UnB – ver Tela)
- Coleta de informações para elaboração dos indicadores estatísticos, ano-base 2004
- Encaminhamento dos dados coletados ao CNJ

META 8 - Ampliação

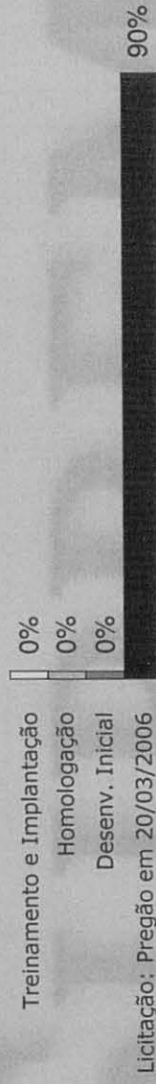
Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

➔ Aperfeiçoamento do BNDPJ



Ações em andamento

- ➔ Desenvolvimento do Sistema Integrado do BNDPJ
- ➔ Aquisição de software (Ferramenta "BI" – Business Intelligence)

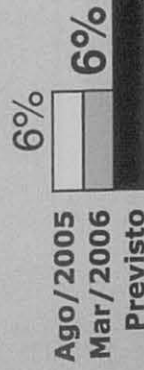


Prazo Final: 5 meses após a contratação

META 9

Gestor: Secretário de Tecnologia da Informação

➤ Reformulação do Portal INFOJUS



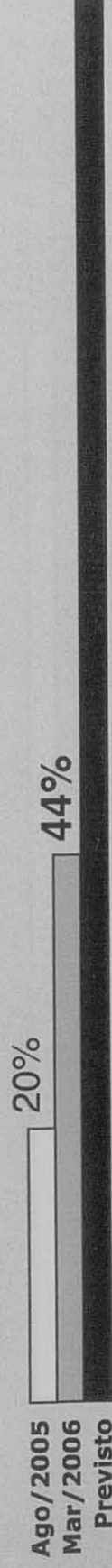
Ações em andamento

- Este Portal será convertido no Portal do CNJ, com as informações dos tribunais no BNDPJ, jurisprudência, etc.

META 10

Gestor: Secretário de Tecnologia da Informação

➔ Introdução de um sistema de Certificação Digital



Ações concluídas

- ➔ Reuniões com os Tribunais Superiores;
- ➔ Reestruturação da AC-JUS para a participação do Supremo, CNJ e Tribunais Superiores (Resolução nº 4/STJ-CJF); e
- ➔ Integração do Supremo à Autoridade Certificadora da Justiça (Resolução nº 4/STJ-CJF e Ato Conjunto nº 1 do Comitê Gestor da AC-JUS)

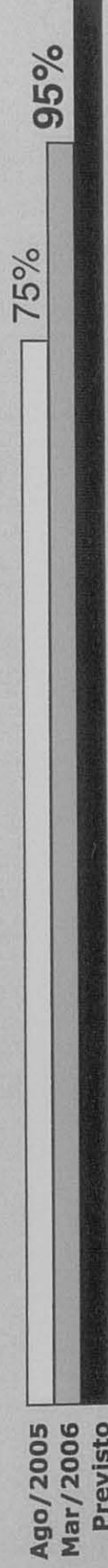
Ações em andamento

- ➔ Convênio com a CEF para a cessão de certificados;
- ➔ Elaboração de plano de implementação da certificação digital no Supremo.

META 11

Gestor: Secretário de Comunicação Social
Secretário de Tecnologia da Informação

➔ Reformulação e Regulamentação da INTRANET e INTERNET

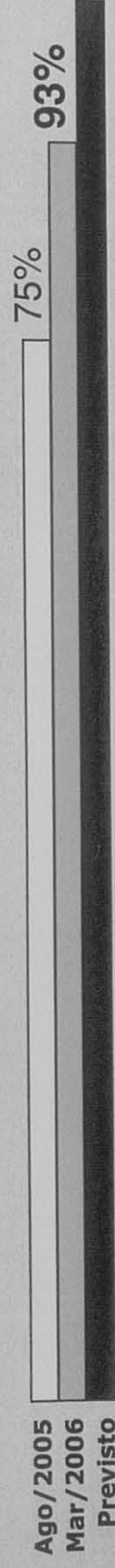


Ações concluídas

- ➔ Implementação da nova pesquisa de Jurisprudência desenvolvida pela Secretaria de Documentação;
- ➔ Acesso ao contracheque (servidores ativos, inativos e pensionistas);
- ➔ Implementação do serviço "Constituição e o Supremo" desenvolvido pela Secretaria de Documentação;
- ➔ Publicação dos Tratados de Extradicação;
- ➔ Criação e operacionalização de sites internet para realização de encontros; e
- ➔ Sistema para recebimento e controle das informações relativas a precatórios.

META 11 - continuação

► Reformulação e Regulamentação da INTRANET e INTERNET



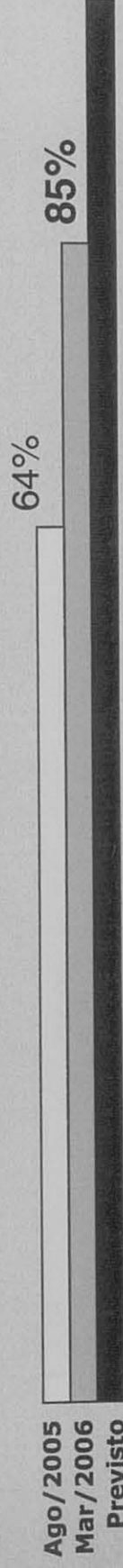
Ações em andamento

- Revista Trimestral de Jurisprudência;
- Propositura de ato normativo para regulamentação do uso da Intranet e Internet - aguardando definição da SCO;
- Criação de nova identidade visual para a Internet e Intranet - aguardando definição da SCO.

META 12

Gestor: Secretário de Comunicação Social

➔ Reformulação da TV Justiça



Ações concluídas

- ➔ Projeto de Consultoria da TV
- ➔ Realização de pesquisa
- ➔ Solicitação de concessão de TV Aberta

Ações em andamento

- ➔ Implementação do Projeto de atualização da TV Justiça
- ➔ Obra de Cenário e de iluminação
- ➔ Licitação e contratação de equipamentos
- ➔ Gerador de Caracteres (alma da mudança): equipamento já no Supremo.

META 13

Gestor: Secretário de Comunicação Social

➔ Avaliação de Formato e Concepção inicial da Rádio Justiça



Ações concluídas

- ➔ Solicitação de faixa à ANATEL e Ministério das Comunicações

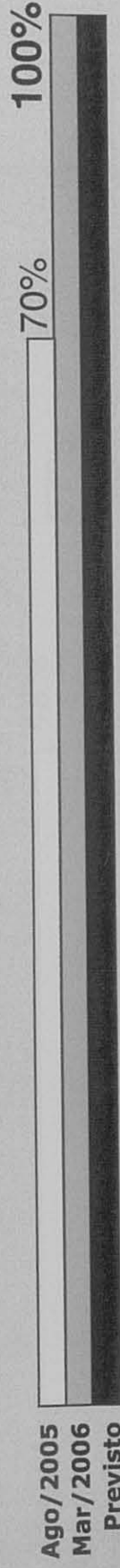
Ações em andamento

- ➔ Aquisição de faixa de rádio-freqüência
- ➔ Projeto Técnico da Rádio Justiça
- ➔ Projeto de Conteúdo
- ➔ Implementação da Rádio

META 14

Gestor: Assessor-Chefe de Gestão Estratégica

- Consolidação dos Encontros Nacionais sobre Administração Judiciária



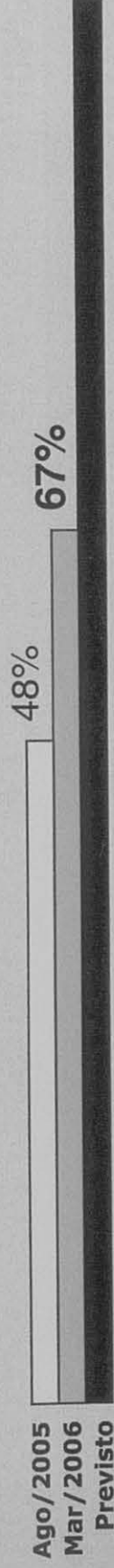
Ações concluídas

- Encontro Nacional de Informática do Poder Judiciário
- Reuniões Técnicas, ano-base 2003 e 2004
- 1º Seminário – "Justiça em Números"
- 1º Encontro Nacional dos Juizados Especiais Estaduais e Federais
- Reunião nacional de Jurisprudência (Fev/2006)

META 15

Gestor: Secretária de Documentação

➤ Perfil Jurídico de Ministros do Supremo



Ações concluídas

- Definição dos Ministros que irão compor os primeiros volumes
- Seleção dos Acórdãos mais relevantes;
- Escolha dos pesquisadores para a análise da produção jurisprudencial e a elaboração do texto para publicação

Ações em andamento

- Digitação e revisão de acórdãos indicados pelos pesquisadores
- Elaboração do texto para publicação

META 16

Gestor: Secretária de Documentação

→ Constituição dos Ministros

100%

Nov/2005
Previsto

Ações concluídas

- Definição do formato do livro
- Pesquisa da jurisprudência e inserção dos acórdãos selecionados
- Implantação do livro eletrônico no *site* do Supremo

META 17

Gestor: Secretária de Documentação

➔ Elaboração de Livro Institucional

100%

Nov/2005
Previsto

Ações concluídas

- ➔ Elaboração de livro Institucional
- ➔ Tradução de textos (inglês/espanhol)
- ➔ Contratação de consultoria para elaboração de projeto editorial e gráfico
- ➔ Contratação de serviços de pré-impressão
- ➔ Contratação de serviços de impressão
- ➔ Entrega pela IMESP em 19/05/2005

META 17 - Ampliação

Gestor: Secretária de Documentação

➔ Exposição de Fotografias

35%

Mar/2006
Previsto

Ações concluídas

- Apresentação do Projeto da Exposição – Ricardo Ohtake

Ações em andamento

- Impressão de 2.000 exemplares do Livro pelo IMESP
- Elaboração de documentário pela Tv Justiça (Previsão: final de março)
- Realização da Exposição (Brasília/Rio de Janeiro), com patrocínio do Banco do Brasil (Previsão: 1ª semana de maio)

META 18

Gestor: Secretária de Documentação

- Introdução do formato *txt* para os Acórdãos



Ações concluídas

- Análise do sistema textual para os acórdãos
- Marco Zero a partir de Dezembro de 2004
- Cancelamento do 1º contrato e abertura de nova licitação
- Nenhuma das empresas licitantes obteve qualificação para realizar o serviço

Ações em andamento

- Contratação de estagiários para execução do serviço pelo próprio Tribunal

META 19

Gestor: Secretária de Documentação

- Padronização da Pesquisa de Jurisprudência na INTERNET (todos os Tribunais)



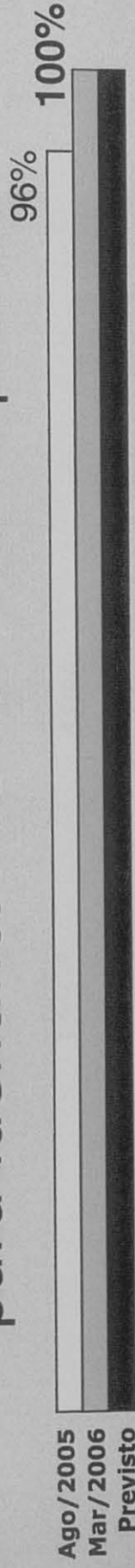
Ações concluídas

- Definição de padrões dos sites, relativos à pesquisa de Jurisprudência
- Planejamento
- Implantação de protótipo na Intranet
- Realização do Encontro Nacional, em 17 de fevereiro passado, para apresentar o modelo e convidar todos os tribunais à adotá-lo.

META 20

Gestor: Coordenadora de Orçamento e Finanças

- Desenvolvimento de modelo orçamentário para identificar as dívidas de precatórios



Ações concluídas

- Simulação da Situação Problema
- Desenvolvimento da base de dados
- Levantamento dos dados (internet e *in loco*)
- Análise e Consolidação dos dados informados
- Proposta de Emenda Constitucional

Até Junho/2004

R\$63.746.272.110,96

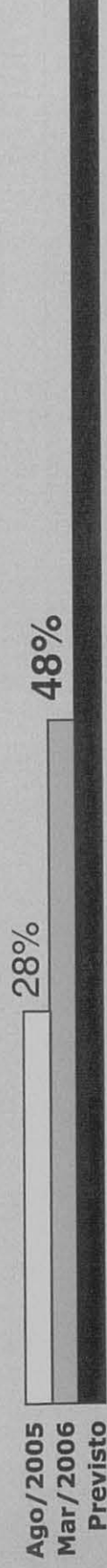
Até Dezembro/2005

R\$78.713.562.336,26

META 21

Gestor: Secretário de Controle Interno

➤ Acompanhamento e Revisão dos Custos das Atividades do Supremo



Ações concluídas

- Análise de Centros de Custos:
 - 2ª Etapa (aquisições, locações e manutenção de máquinas e equipamentos; aquisição de licenças de softwares; serviços e materiais bibliográficos; serviços de consultoria; convênios, acordos)
 - 1ª Etapa (divulgação institucional, manutenção predial, locação de mão-de-obra, despesas com pessoal)
 - 3ª Etapa (materiais em estoque, materiais de copa e cozinha, aquisição e manutenção veiculares)

Ações em andamento

- 3ª Etapa (serviços públicos)
- Desenvolvimento de modelos aplicativos ([ver detalhes](#))
- Avaliações

META 22

Gestor: Secretária de Documentação

➤ Manual de Atos Oficiais Administrativos

100%

Nov/2005
Previsto



Ações concluídas

- Criação de esboço das matérias que devem constar do Manual
- Levantamento de informações e modelos de atos oficiais utilizados pela Secretaria do Tribunal
- Edição e distribuição do Manual de Atos Oficiais Administrativos

META 23 (nova)

Gestor: Secretária de Documentação

➤ Implantação da Biblioteca Digital

14%

Mar/2006
Previsto

Ações concluídas

- Elaboração do Projeto da Biblioteca Digital
- Apresentação do Projeto para o Diretor-Geral
- Desenvolvimento da Proposta de Solução para a Biblioteca Digital

Ações em andamento

- Desenvolvimento de Produtos e Serviços em meio digital
 - Padronização dos processos de tratamento de informação
 - Integração de bancos de dados do Tribunal
 - Interoperabilidade de sistemas e Intercâmbio de informações
- Implantação do Projeto

FIM DA APRESENTAÇÃO

SUPREMO

A proposta coloca o **Sistema Integrado de Informações do Poder Judiciário** como um Portal de Informações e Serviços na Internet com ferramentas de análise e gestão integradas, que permitam aos diferentes usuários acessar, extrair e compartilhar conhecimentos a partir das informações disponibilizadas.

Sistema Integrado de Informações do Poder Judiciário

Apresentação | Pesquisas | Fale Conosco | Busca

A Justiça em Números

- STF
- Tribunais Superiores
- Justiça Especializada
- Justiça Federal
- Justiça Comum
- Movimento Forense Nacional

Seu Perfil

Selecione seu perfil de usuário e acesse às informações desejadas

Sociedade

Imprensa

Pesquisadores

Poder Judiciário

Destques

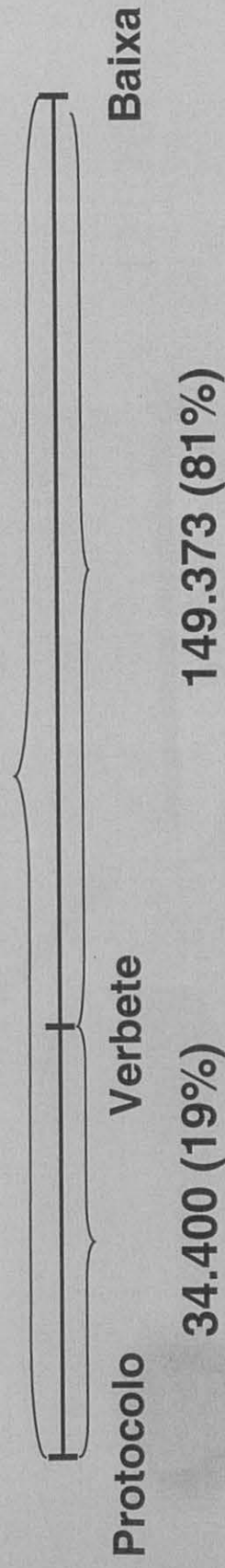
- **05.07.2005** - Você que é jornalista agora pode cadastrar o seu e-mail na seção "Imprensa" para ficar atualizado sobre as novidades do Portal.
- **29.06.2005** - Confira os novos relatórios sobre desempenho do judiciário em 2003.
- **11.05.2005** - Começa amanhã o Seminário "A Justiça em Números" que vai apresentar e discutir os Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro.

Confira outros destaques

STATUS GERENCIAL DOS 43 TEMAS

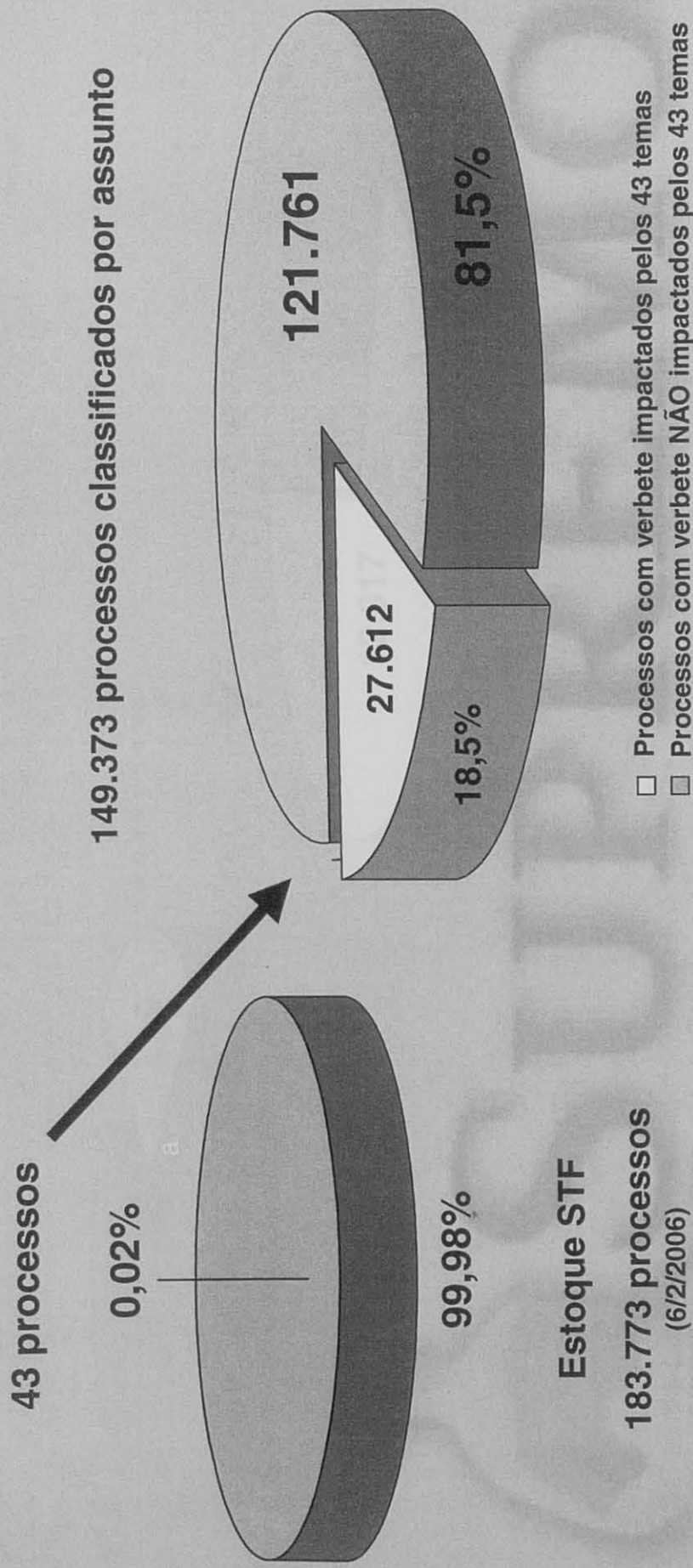
Em 6/2/2006, 149.373 processos (81 % do estoque de processos no STF) estão classificados por assunto.

183.773 Processos



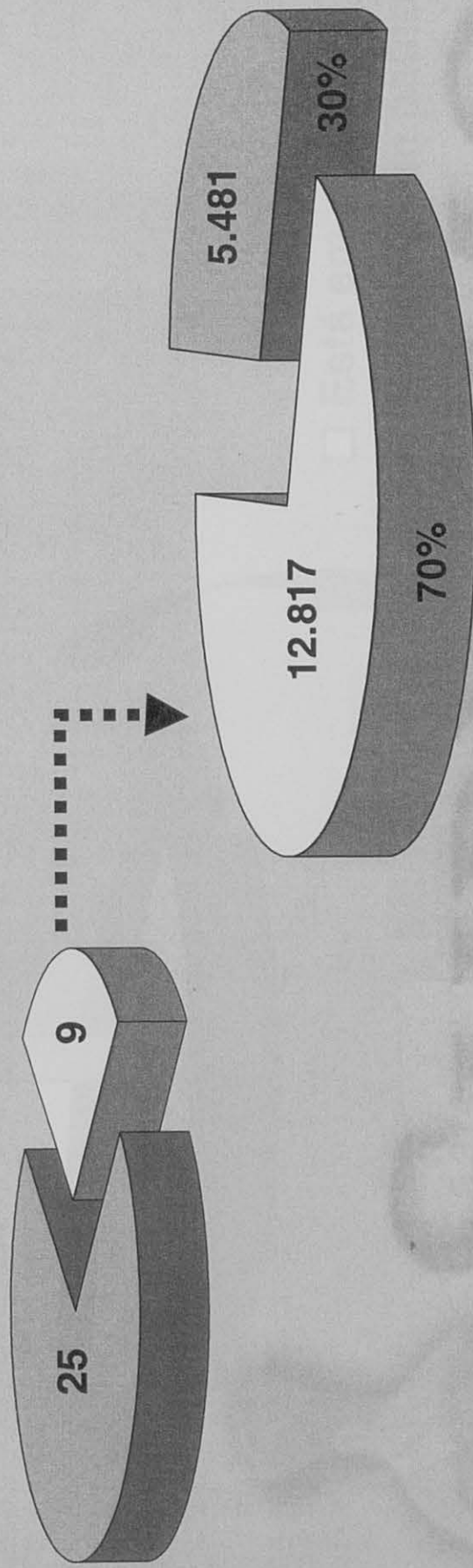
STATUS GERENCIAL DOS 43 TEMAS

Em 6/2/2006, os 43 temas impactavam em 18,5% (27.612) dos processos já classificados no STF.



STATUS GERENCIAL DOS 43 TEMAS

Em 6/2/2006, o julgamento de apenas 9 dos 34 temas ainda não julgados permite a redução do prazo de julgamento de 12.817 processos, que representam 70% do total de processos impactados pelo temas não julgados.



☐ Temas que influenciam em 70% dos processos impactados pelos 34 temas não julgados

☐ Temas que influenciam em 30% dos processos impactados pelos 34 temas não julgados

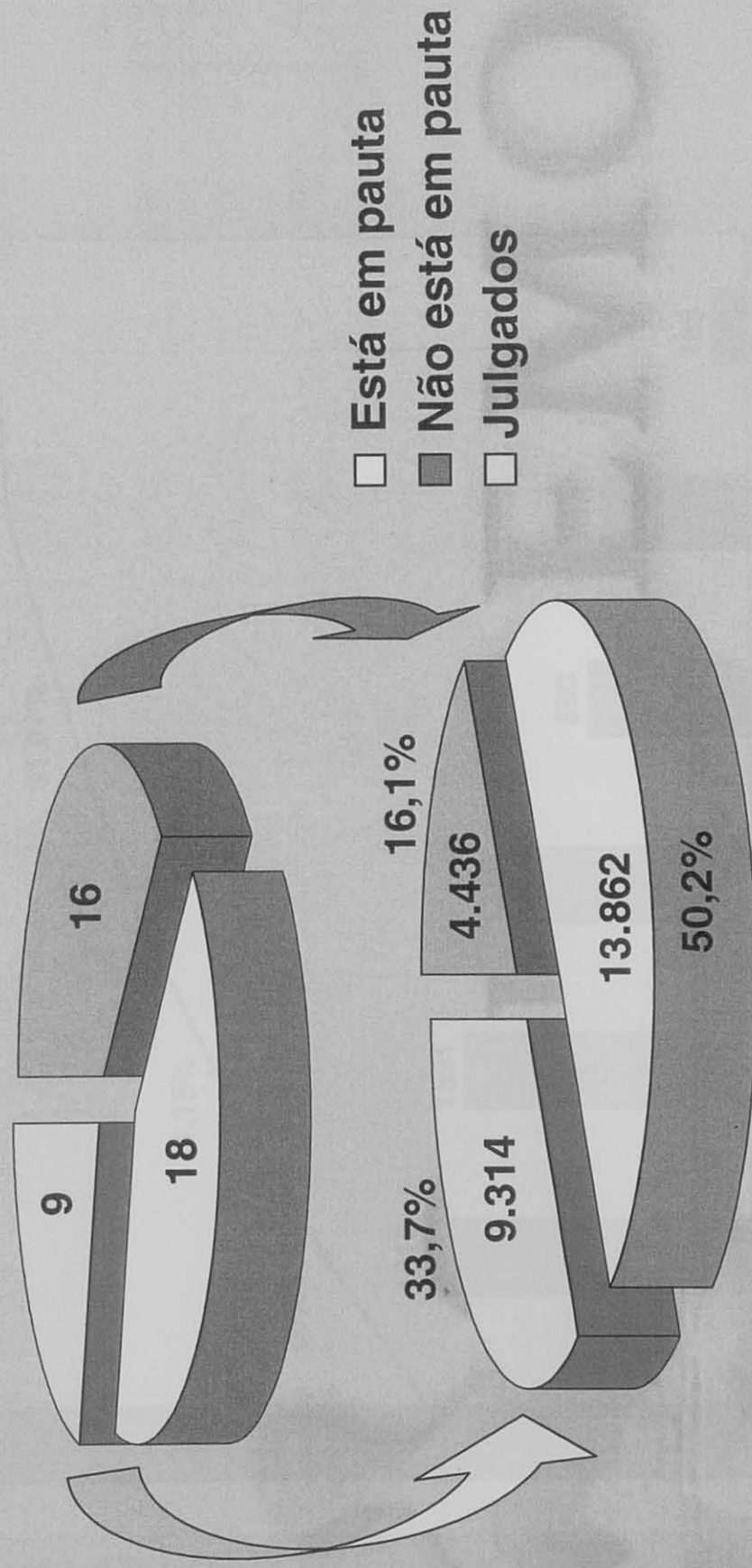
☐ Impacto de 9 temas

☐ Impacto dos temas restantes

STATUS GERENCIAL DOS 43 TEMAS

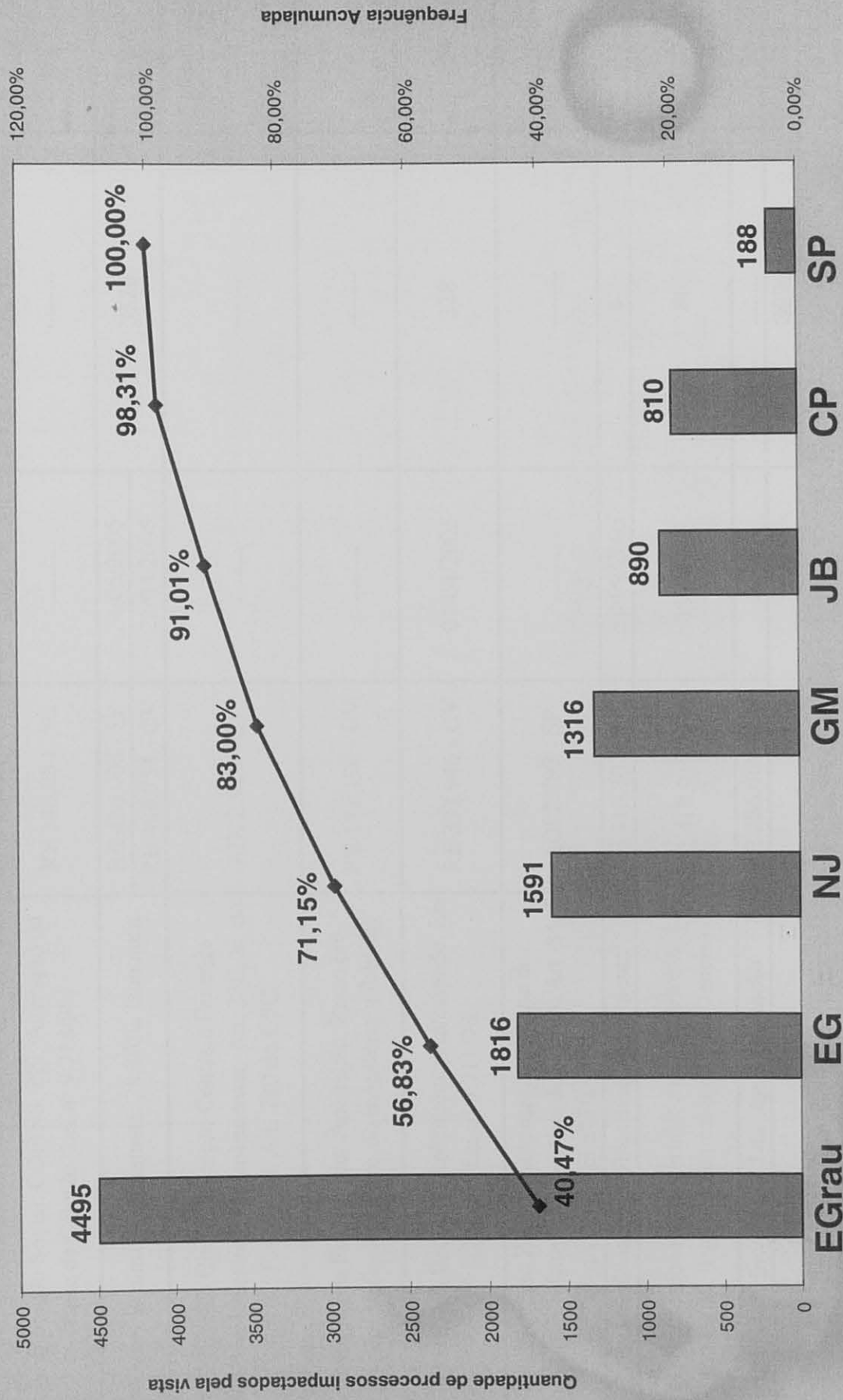
Em 6/2/2006, 16 dos temas prioritários não estavam em pauta, afetando o julgamento de aproximadamente 4.436 (16,1%) dos processos impactados.

Dos temas que já estão em pauta, 10 já estão liberados para julgamento em impactam em 30% (8.257) dos processos.



STATUS GERENCIAL DOS 43 TEMAS

Em 2/6/2006, a conclusão de vistas de 3 ministros impactam em 70% (7.902) dos processos referente aos 34 temas não julgados e que estão em vista (11.106).



STATUS GERENCIAL DOS 43 TEMAS

Assunto	Processo	Data da Publicação do Acórdão	Processos Baixados (desde a data da publicação do acórdão até 6/2/2006)	Impacto 6/2/2006
Contribuição Social. COFINS. PIS. Alteração da Base de Cálculo. Lei nº 9.718/98.	RE 346.084 - IG			4775
Militar. Vecimento. Reajuste. 28,86%. Isonomia.	RE 426.006 - SP	24/06/2005	3526	2737
	RE 408.754 - CV	22/04/2005		
Processo Civil. Execução Contra a Fazenda Pública. Precatório Complementar. Art. 336, V, do RUI/SP. Citação. Art. 730 do CPC.	ADI 2.924 - CV			941
Instituições Financeiras. Aplicação. Prazo pré-fixado. Deflação. Correção monetária. (Tablita)	RE 141.190 - CV			361
Contribuição Social. Recolhimento Antecipado. Lei nº 8.212/91. Lei nº 9.711/98.	RE 393.946 - CV	01/04/2005	328	214
Processo Penal. Competência. Crime de responsabilidade. Prerrogativa de função. Art. 84, § 1º do CPP. Lei nº 10.628/02.	ADI 2.797 - SP			140
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.	RE 416.301 - CV	30/09/2005	62	74
FGTS. Correção Monetária. Termo de Adesão. LC nº 110/01. Turma Recursal do Rio de Janeiro.	RE 418.918 - EG	1º/7/2005	80	47
ICMS. Incidência. Leasing. Importação.	RE 206.069 - EG			25
			3996	9314

Com relação ao último tema, tomou-se por base a publicação do acórdão nos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no RE 426.006.

Sistema de Custeio SECAC

(Sistema Eletrônico de Captação e Apuração de Custos)

Objetivos

- **Principal ou Final:**

- Apurar os custos da prestação jurisdicional realizada pelo STF;

- **Acessórios:**

- Mensurar os custos de toda cadeia produtiva (Unidades);
- Aferir o custo individual de cada processo (Judicial/Administrativo);
- Ser uma ferramenta gerencial.

Sistema de Custeio SECAC

(Sistema Eletrônico de Captação e Apuração de Custos)

Premissas e Conceitos

- Caráter diário da apuração dos custos;
- Diluição diária das despesas
- Não aferição dos custos com inativos e pensionistas;
- Fator "tempo" como o principal diferenciador do custo de um processo;
- Incorporação do Plano de Contas da União – Sistema SIAFI;
- Secretarias, Coordenadorias e Seções tratadas como "Unidades";
- Definição dos "Sistema Alimentadores de Dados"; dos "Critérios", e "Direcionadores" de Rateio;
- Determinação dos "Custos Próprios" e dos "Custos Agregados Diários" das unidades;

Sistema de Custeio SECAC

(Sistema Eletrônico de Captação e Apuração de Custos)

Estrutura do Sistema

MÓDULOS

DE CONTAS CONTÁBEIS

DE UNIDADES

DE CRITÉRIOS DE RATEIO

DE PRAZOS DE PROPAGACÃO

DE DIRECIONADORES

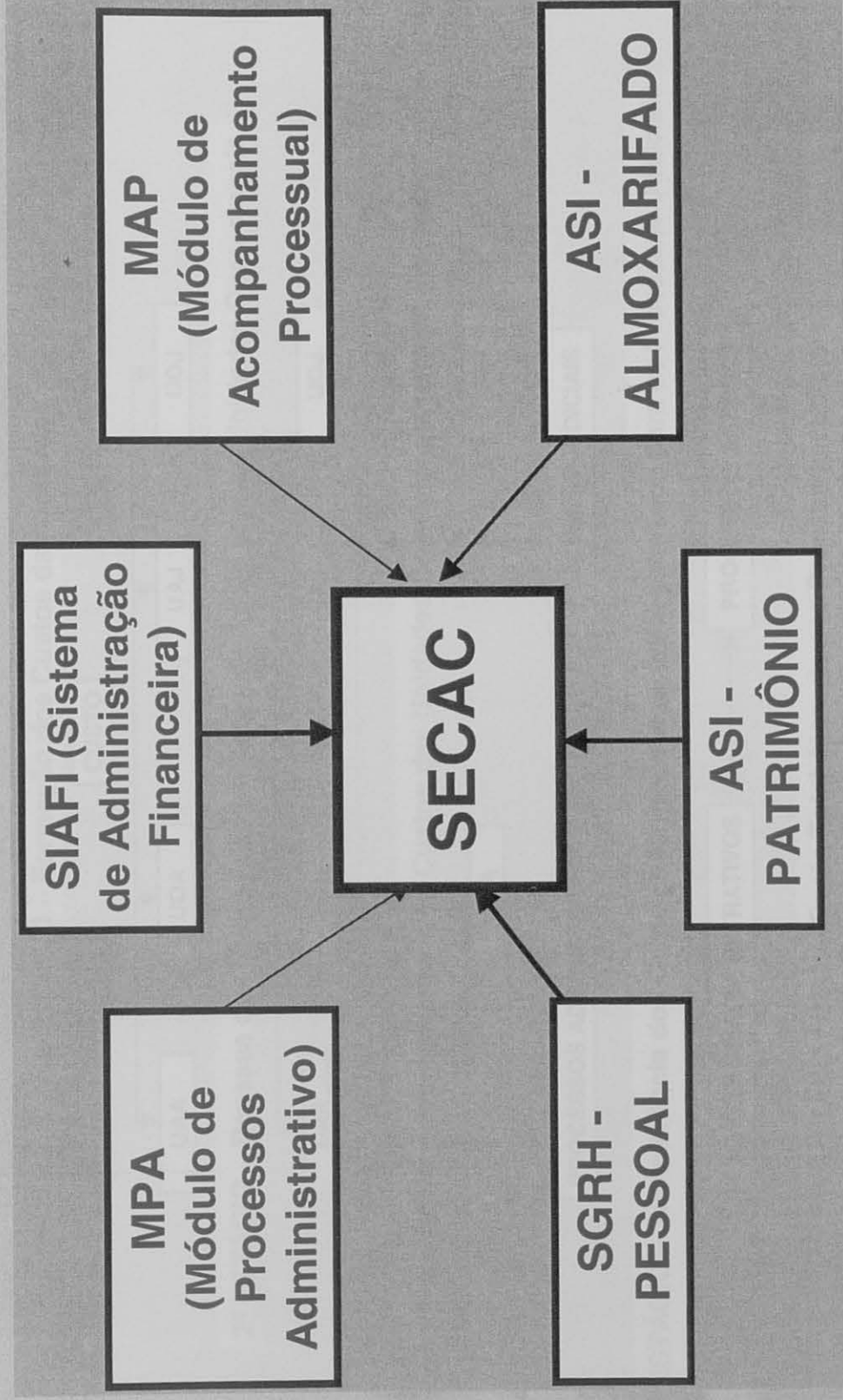
DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

DE PROCESSOS JUDICIAIS

Sistema de Custeio SECAC

(Sistema Eletrônico de Captação e Apuração de Custos)

Sistemas Alimentadores de Dados

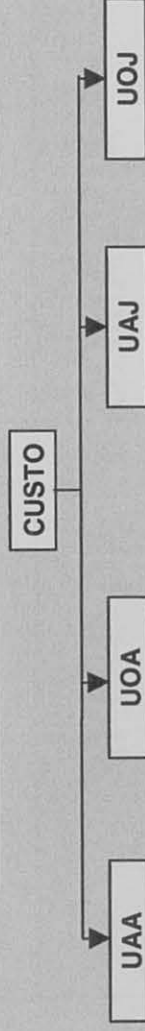


Sistema de Custeio SECAC

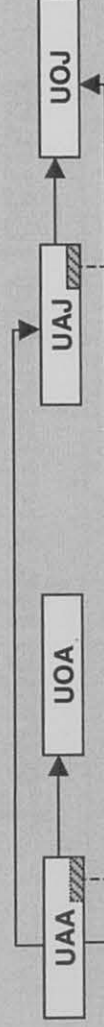
(Sistema Eletrônico de Captação e Apuração de Custos)

Estágios de Distribuição dos Custos

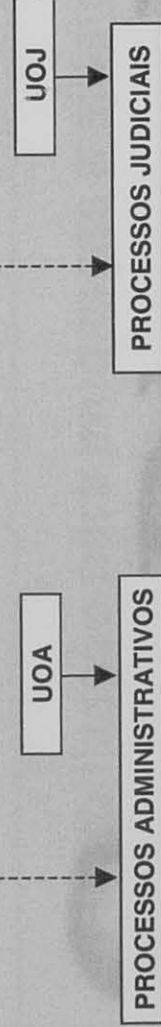
1º ESTÁGIO – Formação dos Custos das Unidades



2º ESTÁGIO – Repasse dos Custos das Unidades de Apoio para as Unidades Operacionais



3º ESTÁGIO – Transferência dos Custos das Unidades Operacionais para os Processos



4º ESTÁGIO – Transferência dos Custos dos Processos Administrativos para os Processos Judiciais



RESULTADO FINAL – Custo Total Alocado aos Processos Judiciais

PROCESSOS JUDICIAIS

Sistema de Custeio SECAC

(Sistema Eletrônico de Captação e Apuração de Custos)

Condições de Apoio da Informática

APOIO DA INFORMÁTICA
Estudo de viabilidade técnica
Desenvolvimento do sistema e implantação do projeto SECAC
Flexibilização para mudanças e ajustes
Versatilidade na produção de relatórios

Sistema de Custeio SECAC

(Sistema Eletrônico de Captação e Apuração de Custos)

Relatórios

RELATÓRIOS
Por Espécie de Despesa
Por Unidades
Por Processos Administrativo ou Judicial
Por Processos Judiciais Julgados e sua Classe

Sistema de Custeio SECAC

(Sistema Eletrônico de Captação e Apuração de Custos)

Resultados Pretendidos

RESULTADOS PRETENDIDOS
Visão discriminada ou global dos gastos por espécie de Despesa, por Unidade ou por Tipo e/ou Classe de Processo
Obter dados de desempenho
Visualização de consumo dos recursos